O ORIENTE PORTUGUEZ

REVISTA DA COMMISSÃO ARCHEOLOGICA

DA

INDIA PORTUGUEZA

Não me mandes contar estranha historia
Mas mandas me louvar dos meus a gloria
Camões Lus. C. III est. III

Volume I
N.º 6

1904
Junho

NOVA GOA
IMPRENSA NACIONAL
1904

COMMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Alberto Osorio de Castro.
Capitão José Augusto Alves Roçadas.
J. A. Ismael Gracias.

SUMMARIO

Do 8.º numero

I — FORTALEZA DE CANANOR (continuação), pelo capitão *Roçadas*.

II — A INDIA EM 1623-1624 (continuação), por *J. A. Ismael Gracias*.

III — MOINHO DE AZEITE NA CIDADE VELHA DE GOA, por *J. M. do Carmo Nazareth*.

IV — CASA DE CATECHUMENOS EM GOA, por *Viriato A. C. B. de Albuquerque*.

V — INSCRIPÇÕES E EPITAPHIOS NAS IGREJAS DE BOMBAIM, por *J. B. Amancio Gracias*.

VI — GALERIA LAPIDAR NO MUSEU REAL DA INDIA PORTUGUEZA (continuação), por *J. M. do Carmo Nazareth*.

FORTALEZA DE CANANOR

(Continuado do n.º antecedente)

A monção manifestára-se aspera logo no principio.

A barra tinha-se fechado e a navegação na costa era perigosa. De Cochim não podia vir auxilio; as naus do reino só no fim de agosto podiam chegar. Era pois occasião asada para a lucta.

Lourenço de Brito não descançava um momento em se preparar. O rajah instado pelos mouros e animado com os soccorros de toda a natureza que lhe havia mandado o Samorim, conseguiu reunir uns 40 mil homens entre naires do Calicut e gente de Cananor com 24 boccas de fogo.

Tomando como pretexto a offensa feita pelos portuguezes a proposito de uma nau de Calicut com mercadores de Cananor, que havia sido mettida no fundo por Gonçalo Vaz de Goes, e sempre dissimulado no seu modo de proceder, ordenou que se fizesso a guerra, concedendo aos mouros plenos poderes e mandando ao mesmo tempo dizer ao capitão da praça que, por motivo de doença, se retirava para o interior dos seus estados o que se *alguem dos mouros commettesse maldades seria rigorosamente punido.*

Lourenço de Brito julgou que as hostilidades se achavam removidas por então. Enganou-se.

Uma tarde, em que alguns dos nossos se entretinham no jogo da bola fóra da praça, começaram a apparecer muitos mouros para verem o divertimento, como aliaz era costume. Num dado momento porém, puxaram das suas armas que traziam occultas o investiram contra os jogadores; um outro grupo numeroso que até ali estivèra emboscado surge tambem em reforço dos primeiros. Estabeleceu-se logo o alarme na feitoria, donde sahiu um piquete do 100 homens em auxilio dos nossos que, poucos em numero, haviam retirado para a porta da tranqueira, cujo postigo, por estreito, os impediu de recolherem promptamente.

Os mouros atacados com valentia viram-se na necessidade de fugir, não sem terem morto dois dos portuguezes e ferido uns quinze.

Em presença d'estes factos, o capitão tomou immediatamento as medidas de segurança o defeza. Reforçou mais alguns dos pontos da tranqueira que julgava fracos; distribuiu a artilheria especialmente pelas faces da frente o da ponta do mar, por onde se receiavam os ataques; dividiu a guarnição em seis corpos, cinco a 50 homens e o sexto de 80, o qual, sob o seu commando directo, constituiria a reserva destinada a acudir onde mais necessario fosse.

Os cinco corpos às ordens dos capitães Lopo Cabreira feitor, Guadalaxára, alcaide-mór, Diogo do Pina, Fernão de Brito e Ruy de Mendanha deviam guarnecer os cinco sectores em que foi dividida a praça, e todos revesarem-se por escala no serviço de vigilancia nocturna; o corpo a quem coubesso este serviço occupava uma caserna construida expressamente junto à porta. Os mantimentos foram distribuidos por corpos, fazendo-se rancho em cada um separadamente. Diz Gaspar Correa: — «O capitão repartiu o mantimento aos capitães, que dessem meza em suas estancias, e lhe deu arroz giracal e chambacal, assucar, manteiga e pescado secco, tudo em muita abundancia».

Por cima da porta da praça, cujo fosso de 4m,5 de largo por outro tanto de fundo, aberto em rocha (latrite talvez) se atravessava em ponte levadiça, foi construido um posto de vigia com um sino que, por meio de cordas partindo para cada um dos sectores, servia para dar o alarme.

O inimigo do seu lado, tambem se preparou convenientemente. Toda a gente constituindo a população guerreira, a qual, como dissemos já, com os reforços enviados pelo rajah de Calicut, elevar-se-hia a uns 40 mil homens, sahiu da cidade e estabeleceu os seus arraiaes do lado do continente, mas fóra da zona mais efficaz dos fogos da nossa artilheria (1).

Fortificou o acampamento com palissadas ou tranqueiras improvisadas em que assestou artilheria; abriu na frente, á distancia de uns 50 a 60 metros da praça um fosso profundo, com trincheira, cortando o campo de mar a mar, deixando uma unica passagem por onde podessem tomar a offensiva contra nós. Nos terrenos adjacentes, quasi todos cobertos de palmar, estabeleceu defezas accessorias (covas de lobo, minas e cortaduras) para impedirem ou difficultarem o ataque ao acampamento. Conclue-se d'estas disposições que esperava vencer-nos, ao menos pela fome.

Primeiro cerco de Cananor

Em duas phases ou periodos consideramos dividido o tempo que durou o cerco que, pela vez primeira, soffreu a nossa fortaleza de Cananor ainda, por assim dizer no seu estado de embryão: um, comprehende os mezes de maio a julho; o outro, o mez de agosto.

(1) Quando tratarmos da historia militar propriamente dita, faremos uma descripção mais ou menos detalhada do armamento em uso n'aquella epoca, o seu emprego, effeitos e alcances; assim como das formações mais empregadas nos campos de batalha, o que servirá para melhor elucidar os leitores na comprehensão do texto

Descrevendo as operações militares que assignalaram cada um d'esses periodos começaremos pelo primeiro.

1.º periodo

Principiou o inimigo por fazer o *alarde*, sahindo a campo com toda a gente de guerra em ordem de batalha, soltando primeiro grandes gritos e toques de instrumentos bellicos, disparando em seguida toda a artilheria que tinham nas estancias e marchando por ultimo em direcção á praça, contra a qual executaram o que hoje se chama um ataque demonstrativo, crusando-se de parte a parte tiros de arremesso, mas sem que os portuguezes sahissem a terreiro nem os inimigos se empenhassem no combate.

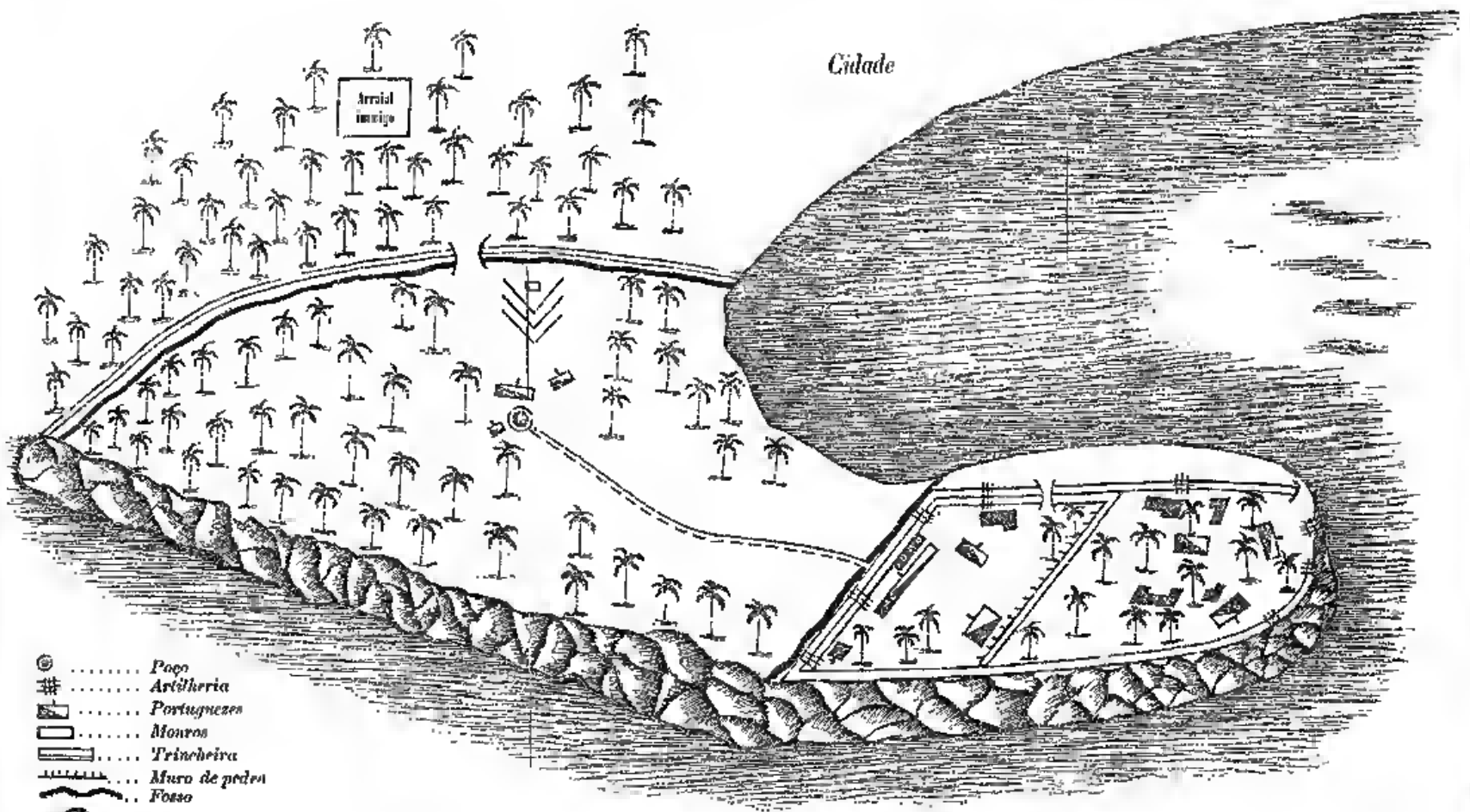
Reconhecida a força e disposição do adversario, os mouros escolheram logo para primeiro objectivo o poço que havia fóra da praça e que sendo ó unico de agua potavel que alimentava a guarnição portugueza, se tornou em breve a causa de loctas renhidas entre os dois partidos.

O total da guarnição elevava-se a 400 combatentes entre portuguezes e malabares e proximamente 600 escravos e mulheres que trabalhavam nos serviços de construcção do forte. A necessidade de agua era pois evidente e muito cuidado se devia ter na respectiva distribuição, pois a quantidade que, de cada vez, se podia colher, era pouca, e essa mesma á custa de algumas vidas.

No plano, fig. 5, ver-se-hão pouco mais ou menos, as disposições tomadas pelos portuguezes para protegerem essa, á primeira vista, pequena operação de guerra — o abastecimento de agua.

A' hora determinada sahia a força (50 homens) a quem n'esse dia cabia o serviço de guarda da tranqueira, postava-se além do poço em posição de deter o inimigo que, pela unica passagem que deixára disponivel, avançava por um ou outro lado do poço ou por ambos ao mesmo tempo, segundo o seu effectivo; logo depois marchava uma segunda columna na força de 150 homens, sob o

Fig. 4



PONTA E FORTALEZA DE CANANOR

JULHO DE 1507

por occasião do primeiro cerco

N. B. — A planta do terreno e da fortaleza não tem escala, e é extrahida de um desenho antigo. A disposição das tropas não é rigorosa, serve apenas para dar a perceber a sua distribuição e posições provaveis deduzidas da narrativa das chronicas.

commando do alcaide-mór que em apoio da primeira ia tomar posição conveniente, de forma a concorrer com aquella na offensiva e protegerem-se mutuamente na defensiva, de maneira a não se deixarem envolver pelo inimigo, que quasi sempre apparecia em grande numero, dois a quatro mil homens.

Ao abrigo do combate que se travava, os fachinas da agua, com a sua escolta propria, abasteciam-se da que podiam, recolhendo em seguida á praça.

Estes combates quasi diarios, embora na maior parte das vezes sahissemos vencedores, prejudicavam o serviço da defeza, pois enfraqueciam a guarnição cujo effectivo já de si pequeno mais reduzido ficava com os mortos e feridos.

Os portuguezes que executavam a *sortida*, sempre poucos, 200 combatentes no maximo, precisavam de praticar heroismos para conter a avalanche de inimigos. Vestidos porém com boas armas defensivas, ordenados convenientemente os seus *espingardeiros*, *frecheiros*, *piqueiros* o *homens d'armas*, desmoralisado o inimigo com o fogo da artilheria da praça, mais bem servida que a sua, as pequenas columnas portuguezas tomavam opportunamente a offensiva apoz as nutridas descargas dos espingardeiros e arremessavam-se com a *furia lusitana* contra a mole movediça que procurava esmagal-as. A lucta corpo a corpo absorve por completo o adversario que, cioso do *ponto de honra* — do não ser o primeiro a abandonar o campo — se aguenta firme e solido em suas fileiras successivas de *adarqueiros*, *frecheiros* e *lanceiros*, dispostos em *az*, ora avançando ora recuando, o jogando sempre as suas armas de arremesso, até que fendida essa immensa cunha humana em uma das faces, toda se revolve em *melée* ensurdecedora, não procurando ou não podendo restabelecer as suas fileiras, nem a sua formação *dura* e *nada maleavel* permitte aos capitães fazerem uso da iniciativa tão necessaria ao desenvolvimento da *estrategia do campo de batalha*.

Assim, com as entranhas desorganisadas pelo ferro dos homens d'armas, desorientada com as *surriadas* da fuzilaria dos espingardeiros e vendo a ameaça constante do esquadrão de piqueiros, todos luctando conscientemente para um fim commum a victoria, a grossa columna inimiga, rota emfim, debanda em fuga vergonhosa para os lados do seu arraial, não sem deixar o solo juncado de feridos e mortos.

Algumas vezes porém, a violencia esmagadora do numero sobrelevava ao valor e tactica dos nossos que, retirando em escalões, conseguiam collocar-se sob a protecção da praça e recolher para dentro da tranqueira.

Esta lucta exhauria, como dissemos a guarnição, e alcançando o adversario manter-nos sempre em *alertas* constantes, pelos ataques reiterados á trincheira do lado do continente, as doenças começaram por entrar com o pessoal, e com ellas o desanimo em face do pouco resultado obtido.

Resolvido a não ceder, senão quando conviesse, á opinião dos seus subordinados que pediam se tomasse a offensiva, indo procurar os mouros no seu proprio acampamento, o commandante da praça encarregou Thomaz Fernandes, mestre d'obras d'El-Rei, em commissão nas obras de fortificação que houvesse a construir na India, de procurar um meio de se fazer aguada sem os perigos da lucta com os mouros.

As descripções dos chronistas divergem quando se referem ao modo como foi resolvido o problemma.

Gaspar Correa diz que se construira uma couraça com troncos de palmeira, terra e pedra tiradas do poço que os mouros haviam entupido; dentro d'esta couraça ficou o mesmo poço e sobre este levantou-se uma guarita por onde se tirava a agua; o poço ficou fechado com uma tampa grossa de madeira, munida de um postigo com forte fechadura que se abria na occasião de irem buscar agua, e sobre a tampa assentava uma espessa camada de terra

e pedra; na couraça montaram-se tres falcões que varriam com seus tiros a campanha. Ficava assim garantido o abastecimento de agua, livre o poço de ser entupido e a agua de ser envenenada.

Castanheda e João de Barros referem porém que o plano do engenheiro consistiu na abertura de uma galeria subterranea, amparada com arcos de pedra de grande vão, a ponto de por ella poderem passar dois homens a cavallo.

O que narra o primeiro d'estes historiadores pareceria mais acceitavel, pelo facto de a ideia do engenheiro ser mais consentanea com as difficuldades do momento: uma pequena palissada de madeira fazia-se n'uma noute, ao passo que uma galeria subterranea, com a extensão de 10 a 15 metros, construida com as regras da arte, devia levar muitos dias; apresenta porém em seu desabono o defeito militar de que a pequena tranqueira assim isolada do corpo da praça em nada evitava os inconvenientes da lucta com o inimigo.

Para satisfazer a este fim, forçosamente devia estar ligada áquella, por meio de um *caminho coberto* feito tambem de madeira, o que realmente parece deprehender-se do termo *couraça* empregado pelo chronista que, sendo minucioso na exposição, é por vezes tão confuso, que nos deixa a impressão de que a sua obra —*Lendas da India*— é mais um repositorio de factos do que a sua narração historica.

Seja porém como fôr, o que está averiguado é que o capitão commandante da praça conseguiu assegurar sem mais sacrificios de gente, o abastecimento de agua.

Ficando por este modo frustrado o plano dos mouros de cortarem a agua á guarnição, emprehenderam repetidos ataques ao forte, sendo sempre mal succedidos. Desanimados pois da porfiada lucta sem consequencias, suspenderam as hostilidades por uns vinte dias, tendo até retirado do arraial e posições avançadas, para a cidade que ficava mais longe no angulo da bahia.

Lourenço de Brito estranhando o facto, e receiando qualquer surpreza, ordenou que por algum meio se tomassem prisioneiros. Preparou-se uma armadilha fóra no campo, e uns 40 espingardeiros marcharam resolutamente contra Cananor como quem ia em exploração. Os mouros, á vista da pequena força sahiram logo ao seu encontro com a intenção de satisfazerem n'estas victimas certas, os odios accumulados. Os espingardeiros porém, depois de offerecerem fraca resistencia, foram retirando por lanços, aproveitando os abrigos para dispararem as suas armas, e por fim quando se achavam perto do logar onde estava armada a cilada, fugiram desordenadamente animando assim os inimigos, que os perseguiam, vindo um d'elles a cahir na cova; os espingardeiros voltaram-se então reunidos em corpo e conseguiram sustar o avanço dos mais proximos até que lançaram mão do prisioneiro e protegidos pela guarnição recolheram á praça.

Obrigado a prestar informações, o naire aprisionado declarou que os mouros andavam abatidos com o nenhum resultado adquirido; que projectavam em breve realisar um ataque vigoroso ao forte, empregando bolas de algodão servindo de escudo contra os tiros da artilheria, e ao abrigo das quaes procurariam entulhar o fosso com fachina, e d'esta forma tomar a tranqueira á viva força.

Esta informação foi confirmada á noute por uma *ola* escripta que enviou ao capitão o principe herdeiro de Cananor, sobrinho do rei, que nos era todo dedicado.

Lourenço de Brito, em vista dos acontecimentos que se preparavam, passou minuciosa inspecção a todas as obras e recommendou a maior vigilancia não só ás tropas que guarneciam o sector do lado da terra mas tambem ás dos restantes especialmente da ponta do mar, com receio de que o adversario tentasso alguma diversão por esta parte.

Fez mais ainda, mandou arrazar maior porção de palmar para ficar com melhor campo de tiro e tirar ao

inimigo quaesquer velcidades de acampar perto da praça. Entretanto o rei de Cananor que trabalhava sempre na sombra, como se costuma dizer, reunia os seus capitães e em conselho propunha a continuação da guerra apresentando o plano já do nós conhecido.

Do lado dos mouros, todos foram unanimes em votar pela guerra; do lado dos gentios houve opiniões divergentes, salientando-se a do principe herdeiro que a fundamentou com rasões que julgamos interessante narrar.

— «Ao que o principe, diz a chronica, contradisse, dizendo que el-rei de Calicut sendo em tresdobro mais poderoso que elle (rei de Cananor) nunca podera desfazer o nome dos portuguezes do passo de Cambalam, não sendo ainda oitenta homens, nem tendo fortaleza em que se defendessem senão estando em dous navios pôdres: e magoado d'isto queria ver se se podia vingar á sua custa d'elle rei de Cananor, e com metter tão pouco cabedal como era a ajuda que lhe tinha dada, queria aventurar a ganhar tamanho ganho: o que não podia ser: porque quando el-rei de Calicut fizera tão pouco contra tam poucos portugoezes tendo tanto poder, que faria elle contra tantos quantos então eram e tão bem fortalecidos: que houvesse bom conselho, e que não crescesse as doudices d'el-rei de Calicut nem os maus conselhos dos mouros, que mais pela inimisade que tinham com os nossos que por desejarem acrescentamento do seu estado trabalhavam por que elle sustivesse a goerra: porque por derradeiro vendo que ella não socccdia como elles desejavam não tinham mais que perder do que ir-se viver a outra parte, porque levavam comsigo sua fazenda: e elle havia de ficar na terra que era sua, tão pobre e desbaratado como el-rei de Calicut com a guerra que tivera com os portuguezes, que tomasse exemplo n'elle: porque o siso era escarmentar-se homem em cabeça alheia».

Decidida a continuação da guerra, foram dadas as ordens para a execução do plano projectado.

Todo o exercito reoccupou o arraial assim como a trincheira avançada onde se construiram casas de olas para abrigo das tropas, sendo estes trabalhos e manobras contrariados pelo fogo incessante da nossa artilheria á qual respondia a do inimigo. No dia seguinte muito cedo, corria já o mez de junho, punha-se ello em movimento. A' frente vinha uma extensa e singular linha de blocos, feitos de cairo e algodão, medindo mais de 2^{m} de alto por 1^{m},60 de largo e grande espessura, separados entre si por intervallos pequenos e movidos cada um por dois homens; logo atraz d'esta trincheira ambulante seguia o pessoal com os materiaes destinados a entulhar o fosso; em seguida o exercito, não formado em *az* como quando vae para uma batalha campal, mas em columnas dispostas para passarem o fosso e darem o assalto á tranqueira.

Ia a romper a manhã quando da praça soou o primeiro tiro de peça disparado por um camello contra a extranha linha. Um bloco attingido oscillou apenas, *embaçando n'elle o pelouro* como diz o chronista, continuando a rolar vagarosamente para a frente com os demais companheiros. Os gritos de satisfação dos mouros foram enormes, atroando os ares. Um segundo tiro echoou no palmar meio devastado, um segundo bloco oscilla ainda engulindo o pelouro.

A alegria do inimigo alcançou então as raias do paroxismo; toda a atmosphera resoou com o barulho infernal e muitos guerreiros dos mais destemidos romperam as fileiras, atravessaram correndo a campanha, passaram o fosso e procuravam arrancar as estacas da tranqueira.

A guarnição da praça estava silenciosa, tomada d'esse silencio que precede o panico. De repente ouve-se a voz do valoroso capitão que, ruminando uma ideia de salvação e procurando ao mesmo tempo uma apostrophe que reanime os animos, brada: — «Homens, de que desconfiaes?

Tende muita fé em Deus que não nos livrou elle tantas

vezes das armas d'estes cães quando passaveis por meio d'elles a tomar agua, para nos desamparar agora?» Em seguida dá ordem urgente para ser assestada na tranqueira uma bocca de fogo de metal, chamada *serpe* e que de repente lhe lembrou existir no deposito.

O exercito atacante continuava a avançar de vagar, acompanhando o movimento dos blocos; já quasi que abordava o fosso, quando de subito resoou um tiro mais sonoro do que os outros. Um dos terriveis blocos voava em hastilhas, e os dois conductores cahiam despedaçados; um novo tiro e outro bloco, e assim muitos, de forma que em pouco tempo havia uma grande brecha na linha protectora, e atravez d'ella continuava a *serpe*, agora de concerto com a restante artilheria, camellos, falcões e bombardas, a semear a morte nas columnas inimigas. A gritaria então foi immensa entre os da guarnição, ao passo que os mouros, perdida a unica esperança de vencer, e apavorados com os destroços feitos pelos pelouros, debandavam em desordenada fuga, enchendo o campo de clamores de desespêro e dôr dos feridos. Estava salva a honra das armas portuguezas. O sangue frio do commandante da praça, inutilisára os esforços do atacante. Logo que o inimigo principiou a retirar, sabiram a campo os diversos capitães com os corpos do seu commando, tudo sob a direcção superior de Lourenço de Brito e perseguindo os fugitivos até á sua trincheira avançada, causaram-lhes graves perdas, visto não poderem recolher-se ao arraial senão pela unica passagem que tinham sobre o fosso da mesma trincheira.

Durara a lucta perto de cinco horas.

Com este insuccesso ficou muito desanimado o rei de Cananor, os mouros porém, procuraram reanimal-o incutindo-lhe novas esperanças, fazendo-lhe ver a impossibilidade de os sitiados obterem soccorros e aconselhando-o a dar repetidos ataques á praça, tanto por terra como por

mar. Assim se praticou durante bastante tempo, andando os nossos deveras exhaustos, por passarem os dias e noutes com as armas vestidas, e aborrecidos por não poderem tomar a offensiva. pois o capitão o prohibia expressamente.

A artilheria dos inimigos porém, tinha-nos causado bastantes estragos e o commandante desejoso de afastar esse incommodativo visinho, deu licença ao alcaide-mór Guadalaxára, que com 150 homens fizesse uma sortida nocturna contra o arraial. Escolheu-se um dia de verdadeira monção. Alta noute, noute escura e chuvosa, o pequeno troço sahia o postigo da praça e cautelosamente marchava em direcção á passagem já conhecida, evitando os precipicios das barrocas e covas de lobo. Na praça foram carregadas apenas com polvora secca algumas das boccas de fogo.

Em um dado momento, ouve-se um — *Santhiago* e *Portugal* — seguido de um grande troar d'artilheria, e a hoste cae de subito no acampamento dos inimigos, que desorientados com a surpreza do ataque, e não podendo avaliar o numero dos inimigos. procuram uns as suas armas outros a forma mais segura de fugir, não acertando ninguem com o verdadeiro ponto da peleja. O panico veio depressa, seguindo-se-lhe uma fuga geral que a escuridão da noute, a chuva torrencial e o solo alagadiço e escabroso transformaram em verdadeiro desastre, calculando-se os mortos e feridos em 300, e dos nossos apenas alguns feridos.

Ao amanhecer foi saqueado e incendiado o arraial onde se encontraram entre outras bombardas, sete de ferro polido muito aperfeiçoadas.

Com este feito ficou a guarnição mais desafrontada, pois o adversario tendo-se refugiado na cidade abandonando as trancheiras do acampamento, raras vezes e n'estas em pequena força, sahia a campo.

Chegou a constar na praça que os capitães naires ao

serviço do rei de Cananor se recusavam a marchar contra os portuguezes.

Os mouros influentes não cessavam todavia de aconselhar o proseguimento da guerra e como se approximava o termo da monção e reappareciam porisso mesmo as condições favoraveis do soccorro e as probabilidades de chegada das naus do reino, insistiam em que se levasse a effeito um ataque geral em forma, tanto por terra como por mar. Um facto lamentavel veio favorecer os desejos dos mouros.

Por um descuido qualquer, pegou o fogo na povoação da ponta de Cananor; ardendo as construcções e inutilisando-se tudo o que era sujeito á acção do incendio, inclusivé os mantimentos, escapando sómente os que estavam guardados no armazem d'el-rei, que era de pedra e cal e situado dentro dos dois muros que constituiam a fortaleza propriamente dita.

A peouria foi grande, chegando-se a comer os animaes domesticos que havia e por ultimo os ratos que appareciam. Era critica a situação; alguns dos escravos negros fugiam para o inimigo levando-lhe a noticia exacta e talvez exagerada do que se passava.

No dia de S. Thiago, 25 de julho, andando o commandante da praça muito preoccupado com a falta de viveres e de informações a respeito dos projectos dos mouros, e ordenando que uma pequena força de 12 homens d'armas escolhidos commandados por um seu sobrinho, e 6 a 8 espingardeiros preparassem uma emboscada afim de atrahir o inimigo e apanhar alguns prisioneiros que dessem noticias, um accidente, aliás natural em soldados, ia pondo em risco a segurança dos sitiados. Passou-se o caso assim,

Alguns dos inimigos ao verem os nossos espingardeiros em reconhecimento pelo campo, vieram sobre elles, que retirando, defendendo-se sempre, em direcção ao sitio da emboscada, deram tempo a que o numero d'aquelles

crescesse a ponto de já se contarem para cima de 400 mouros e naires. Os homens d'armas, sahindo do esconderijo, viram-se em breve tempo cercados por todos os lados, cahindo gravemente feridos o sobrinho do commandante e outros. Umas sentinellas da tranqueira que presenciavam a lucta, deram o alarme e em um momento toda a guarnição queria sahir para fóra em completa desordem.

Lourenço de Brito com a sua costumada presença de espirito, mandou fechar o postigo e collocou-se à porta com uma força para obstar á tentativa tumultuosa dos insofridos soldados, os quaes vendo vedada a unica sahida natural que havia, subiram ao muro e saltavam d'elle abaixo, indo em soccorro do pequeno grupo que se achava quasi todo dizimado. Com este auxilio, reanimaram-se os combatentes, formaram quadrado cosendo os escudos aos corpos e de alabardas em riste retiram cautelosamente para a porta por onde conseguem entrar na praça sem mais consequencias.

Seria demasiada e condemnavel a prudencia do capitão? Talvez. O que é certo, porém, é que elle preferia ver matar a dois passos de si a pequena cohorte de que fazia parte um seu sobrinho, mancebo cheio de vida e esperanças, a sahir ao campo tão proximo da tranqueira, com risco de os inimigos entrarem de envolta com os nossos, caso succedesse um fracasso.

Estava-se já no mez de agosto; a fome era extrema dentro da praça, os doentes muitos e os fracos e anemicos ainda mais. Approximavam-se os dias de maior prova.

Nova Goa, 24 de junho de 1904.

José Augusto Roçadas
Capitão do S. d'Estado-Maior

(*Continúa*)

A INDIA EM 1623-1624

Excerptos das Memorias do viajante italiano Pietro Della Valle

(Continuação do n.º antecedente)

Quarta carta

Esta carta foi escripta de Onor, vinte dias depois da antecedente, ou seja a 30 de outubro de 1623, e comprehende os successos desde 13 de outubro, em que Della Valle e o embaixador Leitão vieram da cidade de Goa a Pangim, no intento de embarcar para Onor, termo designado para a sua viagem maritima.

Onor, ou Honor, pertencia então aos portuguezes que, no anno de 1569, construiram uma fortaleza, e com outros nossos territorios, do Canará do sul, era limitrophe das terras de Venctapa Naique. Os inglezes, seus actuaes senhores, no seu persistente proposito de transformar á sua maneira os nomes de todas as regiões onde poem o pé, converteram Onor em Honowar.

Mas, entremos no assumpto principal.

Em Pangim, escreve o viajante, havia um forte, *villa* ou casa de recreio dos governadores (1), e muitas casas de

(1) Referencia á fortaleza, actual palacio de Pangim. «Ha n'esta fortaleza — escrevia Pyrard — bons aposentos que formam um palacio bello e commodo onde os vice-reis, quando chegam de Portugal, vão sempre desembarcar, e esperar até fazerem a sua entrada solemne, e tomar posse, e o vice-rei que sahe, vae ali morar até partir», — *Viagem* cit., t. 2.º pag. 28. A provisão régia de 18 de janeiro de 1703 commetteu o encargo da hospedagem do novo governador ou vice-

particulares, todas ao littoral. Della Valle fez-se acompanhar unicamente do seu creado Cacciatur, deixando Maria Tinnatin em casa de D. Helena de Cunha, e os moveis na de Antonio (ou Antonino) Baracho, largando a residencia alugada que tinha na cidade.

«Deviamos fazer — escreve — esta jornada por terra, ao longo da costa, passando pelos dominios de Adil Shah até que chegassemos aos de Venctapa Naique. No intento de evitar despezas e attritos com muitos governadores d'aquelles territorios, sujeitos a Adil Shah, que, por vezes, são pouco attenciosos e atrevidos, o vice-rei quiz que fossemos por mar, e para maior segurança, mandou cinco galeotas que se chamam sanguiceis (1), para nos acompanharem até Onor, ponto do desembarque. De modo que, ao todo, eram dez as embarcações, ou galeotas; na primeira iamos o embaixador portuguez e eu, na segunda o brahamane

---

rei aos franciscanos no collegio dos Reis-Magos, concedendo-lhes para este fim 500 xerafins por cada vez; e o ultimo vice-rei que ali se hospedou, foi o Conde do Rio Pardo.

Exceptuendo o mencionado palacio, que tem tido bastas modificações até ao estado em que actualmente se vê, é impossivel identificar hoje o logar em que estariam as outras casas de Pangim, de que n'esta carta falla o viajante. Se, depois das successivas transformações por que a capital tem passado, é difficil fazer a identificação de muitos logares d'uns 30 ou 40 annos atraz, que diremos das edificações do seculo XVII? A historia de Pangim está por escrever, e valiosissima obra será. Quem pretender fazêl-a, terá de inquirir e esquadrinhar com os olhos de antiquario o velho Pangim, e qual Virgilio e Ovidio que, entre as opulencias architectonicas da Roma patricia, lobrigavam as cabanas de Evandro e os juncaes dos paúes, encontrará, atravez da moderna capital, sapaes e esteiros, varzeas e palmares, casebres e estabulos, a immundicie e o paludismo do antigo bairro de Taleigão, abraçado ao outeiro de fusão tropeana, que lhe corre de nordéste a sudoéste. Ser-lhe-ha necessario divagar pelo pristino bairro, ás Fontainhas, nucleo de burguezes adventicios que se prenderam ao sólo panginense; enveredar-se pelo bairro dos angedivanos, recordação do exodo triste da inhospita Angediva; trepar ao primitivo bairro, o dos pilotos, á ilharga da ermida de Nossa Senhora da Conceição; palmilhar, finalmente, o extenso palmar de Miguel José, onde á sombra de frondentes coqueiros vegeta a escoria da cidade. Fique este fatigante trabalho para quem tenha vagar, pachorra e meios, que tudo isto é indispensavel para semelhantes estudos.

(1) «*Sanguicel*, termo da India. He um genero de embarcação pequena que serve na costa da India para dar alcanse aos parós dos mouros» (Bluteau). Derivado talvez do nome proprio *Sanguicer*, logar mencionado em chronicas portuguezas, como hostil ao Estado de Goa e nucleo de corsarios. *Parós* ou *paraus* eram barcos pequenos, principalmente do Malabar. Adeante falla d'elles o viajante. Cf. Pyrard, *Viagem* cit., t. 1.º, pag. 287, e t. 2.º, pag. 101.

de Venctapa Naique; e em tres outras as bagagens de ambos os embaixadores, e particularmente os cavallos e mais objectos que o vice-rei enviava de presente a Venctapa, além d'outros cavallos que alguem levava para vender. As restantes cinco eram de guerra, de que era capitão general Heitor Fernandes. Aquella em que iamos, foi a ultima (1) a sahir de Goa (cidade), as outras já tinham ido a Pangim, onde o brahamane nos estava esperando quasi um dia, e chegámos á noite, não podendo desembarcar, motivo por que dormimos a bordo.

«Na manhã de 14 de outubro, desembarcámos em Pangim e tendo-se reunido ambos os embaixadores, estando eu presente, João Fernandes me apresentou ao brahamane, dizendo-lhe que eu, por mera curiosidade, ia vêr o seu rei; o brahamane mostrou n'isso grande prazer, mas teve-o ainda maior, quando viu pendente da minha orelha esquerda um brinco que eu usava, desde muitos annos, por causa da fraqueza da minha vista. O uso de brincos é peculiar dos indios especialmente gentios, e em ambas as orelhas (2); sendo, porém, não só desconhecido entre os portuguezes, mas ainda considerado pelos mais ignorantes d'entre elles illegal por gentilico; porisso é que o embaixador se admirou de vêr-me assim, apezar de professar a religião dos portuguezes. E, sendo informado de que não era prohibido pela nossa lei, tanto que na Europa muitos usavam semelhantes brincos, louvou o costume e fez vêr aos portuguezes, quão bem eu me apresentava com o meu, e melhor do que outros que o não traziam: tão poderoso é o habito em encarecer as cousas aos olhos, e em fazer que sejam por alguns estimadas e apreciadas, emquanto com outros, que o desconhecem, succede o contrario».

Em Pangim foi necessario esperar um dia, para dar a uma das embarcações sufficiente tripulação; comtudo a armada não estava bem guarnecida, devido á grande falta de marinheiros em Goa, «porque os governadores das regiões maritimas do continente, pertencentes a Adil-Shah, não permittiam que os respectivos marinheiros fossem a

(1) Deve ser em 13 de outubro, á noitinha. Na edição ingleza ha um visivel equivoco dizendo-se 14 de outubro.

(2) «Diz-se que Carlos I, de Inglaterra, usava brincos de perolas, e que, no dia anterior ao da sua execução, entregára um d'elles ao bispo Juxon, para sua filha, a princeza real. Houve tempo em que os brincos foram muito usados na Europa, a bem dos olhos». (Nota do editor inglez).

Goa servir nas armadas portuguezas. Parece-me que ha n'isto má vontade do rei aos portuguezes, a qual attribúo a estarem elles ao presente, mais que nunca, fracos e desorganisados no seu governo, com todas as suas cousas em desordem. Para obviar a este mal, os portuguezes não fazem mais que lançar novos, extraordinarios e gravissimos impostos, com manifesta ruina do Estado, sem cuidar nas frequentes e exorbitantes defraudações das rendas publicas, bastantes, aliás, para as despezas, sem necessidade de novas gabelas; mas, se taes roubos continuarem nas rendas publicas e nos novos impostos que se crearem, tudo se sumirá no abysmo. Não obstante, os portuguezes continuam negligentes, como de costume, e cégos, não querendo vêr n'esses factos a má vontade do visinho Adil Shah que, suppoem, nada sabe d'essas desordens, attribuindo os estorvos mencionados á malevolencia dos funccionarios d'aquelle rei. O tempo nol-o mostrará».

Em vista d'essa demora, foram ambos, Della Valle e o embaixador Leitão, jantar e passar o tempo até á noite, á casa de Balthazar de Azevedo (1) que morava n'uma vis-

(1) Assim está, mas é provavel que fosse *Balthazar de Azeredo*. E' frequente no autor a equivocação de nomes portuguezes. Não encontramos tambem no seculo XVII nenhum B. de Azevedo notavel em Goa; mas, em 1605, um Balthazar de Azeredo—*cidadão nobre, houra-do, casado, morador nesta cidade, provedor da casa de polvora, e filho de Antonio d'Azeredo, vreador que foi, por cujo fallecimento houve o mesmo cargo* — foi mandado pela camara de Goa, como seu procurador á côrte (cit. *Archivo Portuguez-Oriental*, fasc. 2.°, doc. n.° 12 § 1). E na egreja de S. Pedro, existe uma sepultura com o seguinte epitaphio:

S.ª

Em que espera a resoreição
o corpo de Balthazar d'Azeredo.
Pede a todo o fiel christiam
hum Padre Nosso e Ave Maria
por amor de Deos.
E não tem herdeiro
forçado nem legitimo
que se aja de enterrar
nella. Faleceo aos
16 de fevereiro
de 1644 annos.

tosa residencia á beira-mar, á pequena distancia da dos vice-reis. Emquanto se estavam ali entretendo, Leitão perguntou ao italiano se tinha obtido licença do vice rei para ir n'esta viagem. Della Valle respondeu que não, pela julgar desnecessaria. Ao que replicou ser precisa; pois, não se arriscava a leval-o, «receando que certas pessoas malevolas o incriminassem perante o vice-rei, por ter transportado um extrangeiro, sem licença, para logares suspeitos, onde se ia tratar dos negocios do Estado. Em resumo, vendo que assim as cousas não estavam bem, e conhecendo as cavillações dos seus proprios, premunido pelo que tem succedido a outros, e particularmente a um seu parente, por faltas mais leves e muito menos graves do que essa, disse-me resolutamente que não era bom, nem para mim, nem para elle, que eu partisse sem a tal licença. E, como não sahiriamos ainda hoje, aconselhou-me a voltar a Goa e obtel-a, se eu quizesse ir, promettendo esperar-me até á manhã do dia seguinte. Eu que bem conheço os processos dos portuguezes, o rigor que elles usam na administração, e as suspeitas e malevolencias a que são propensos, que tudo causa milhares de abusos e injustiças, achei razão ao embaixador. E, parecendo-me que facilmente a poderia conseguir do vice rei, o qual já me conhecia muito bem e se me apresentára devéras cortez, não desejando perder esta viagem, fui, apenas acabou o jantar, n'um bote á cidade, onde, informando primeiro do meu negocio o senhor Antonio (Baracho) e seu irmão, o senhor Ruy Gomes (1) a cuja casa me dirigi, fomos o senhor Ruy e eu fallar ao padre Moryad, a quem, como pessoa mais competente, pedi para me obter a licença do vice-rei no mais curto praso possivel. O padre foi logo fallar ao vice-rei, e felizmente pôde fazel-o antes de começar a sessão d'um conselho que devia durar até á noite; e o vice-rei immediatamente escreveu do proprio punho uma licença, dirigida ao embaixador João Fernandes, recommendando-o a levar-me em sua companhia e a tratar-me com distincção, como pessoa qualificada, com outras expressões bastante honrosas.

«Alcançando a minha licença, fui com o padre Ruy Gomes visitar o bispo de Cochim, que, na vacancia da Sé,

(1) Ruy Gomes Baracho era clerigo secular. Foi vigario geral do arcebispado, — Pe. Nazareth, *Mitras Lusitanas*, pag. 608, onde se lê *Ruy Baracho Gomes*.

governa o arcebispado de Goa, e a quem ainda não tinha visitado. Sabendo que elle desejava conhecer-me, e sendo um prelado de grande merito, não só em assumptos ecclesiasticos, mas ainda nos civis e militares, eu não quiz partir sem o visitar e fazer-me d'elle conhecido. Chama-se D. fr. Sebastião de S. Pedro, e é religioso augustiniano (1). Conversámos perto d'uma hora com respeito ás cousas da India e Persia e de outras; recommendei-lhe com o padre confessor os frades agostinhos assistentes na Persia, pondo-o ao facto das suas necessidades, e mostrando como elle as poderia satisfazer».

Ao anoitecer, foi merendar á casa dos irmãos Barachos, e tornou depois a Pangim, onde foi ter com João Fernandes e outros companheiros, que ficaram muito satisfeitos com vêr a licença, tão favoravel e honrosa para o interessado, pois não queriam partir sem a sua companhia.

Devendo ainda demorar-se em Pangim por causa de marinheiros, foi na manhã de 15 ouvir missa á egrèja de Santa Ignez, pertencente então aos augustinianos (2). Em seguida embarcaram, «mas ainda nos demorámos um bom bocado, á espera do embaixador brahamane, ignorando o motivo, talvez porque elle queria desforrar-se d'est'arte da detença que anteriormente lhe tinhamos causado». Porfim, sahiram a barra e navegaram toda a noite, mas com pouco vento. O rumo foi sempre para o sul e via-se costa á pequena distancia.

Na manhã de 16 de outubro, «lobrigámos, proximo á praia, quatro barcos dos piratas malabarenses, que se chamam paraus, com remos, como galeotas ou fustas. Perseguimol-os durante uma hora, tencionando dar-lhes

(1) D. fr. Sebastião de S. Pedro foi successivamente bispo das dioceses de Meliapôr e Cochim, d'onde passou n'esta qualidade a ser governador do arcebispado de Goa (1622-23) e, finalmente, arcebispo de Goa, (1625-1629). Quando estava em Meliapôr, defendeu por tres vezes aquella cidade, com grande valor, dos porfiados ataques dos hollandezes, a quem tomou a fortaleza de Paleacate e uma outra ao rei da Bisnagar, com o qual elles se tinham confederado, tudo a suas expensas. Em carta de 31 de janeiro de 1614, S. M. lhe agradeceu o serviço prestado em Paleacate, — *Documentos remettidos da India*, vol. III, 31, 190 e 192. Falleceu em 7 de novembro de 1629, e jaz no presbyterio da sé primacial, com epitaphio.

(2) Um dos altares da egreja de Santa Ignez é dedicado a Nossa Senhora do Porto Seguro, com uma irmandade annexa; corre por tradição que todos os maritimos e viajantes antes do embarque iam fazer ali as suas devoções, e, no regresso, render graças e levar oblatas.

caça, o que não conseguimos, perdendo apenas muito tempo e atrazando-nos no curso. Anoiteceu quando chegámos perto de certos rochedos ou ilhas deshabitadas, que se chamam de Angediva, isto é, cinco ilhas, na lingua do paiz, sendo este o seu numero. N'uma d'ellas encontrámos agua fresca; todas apresentam um aspecto verde e tem algumas arvores. Sahimos d'alli na mesma noite, mas tivemos pouco ou nenhum vento, e uma chuva torrencial.

«Continuando a derrota no dia 17, com ligeira aragem, vimos o limite entre os estados de Adil Shah e de Venctapa Naique, marcados por um d'esses rios de agua salobra, frequentes na costa da India. Ainda o vento não era prospero e porisso não pudemos chegar a Onor. Mas, á noite, porque na escuridão e na vasante o porto de Onor não é seguro de entrar, deitámos ferro e passámos toda a noite junto d'um rochedo pequeno e deshabitado, que se chama o rochedo de Onor. Depois da meia noite começou a enchente, mas comtudo nos não mexemos». Ao romper do dia 18, chegaram a Onor, que «dista de Goa cerca de 18 leguas, tendo-se gasto mais tempo na viagem por falta de vento».

«Onor — escreve Della Valle — é um pequeno logar na costa, com um bom porto, de mediana capacidade, formado por dois braços d'um rio, os quaes correndo um para o sul e o outro para o norte, se encontram junto da fortaleza e desagoam assim unidos no mar. As habitações são antes cabanas do que casas, construidas entre uma densa floresta de coqueiros. Mas o forte é de bom plano, exactamente o mesmo que os portuguezes encontraram, fundado pelos indigenas. Assenta n'uma elevada montanha de pedra de cantaria, e, como tem muita capacidade, no interior não só mora o capitão, mas existem casas de muitos portuguezes casados e principaes, com poços, jardins e outras serventias; as ruas são grandes e boas, afóra uma grande praça sufficiente para abrigar toda a respectiva população, em caso de qualquer sitio. Existem egualmente duas egrejas, uma da invocação de Santa Catharina, e a outra, de Santo Antonio (1); mas, de ordi-

(1) Santo Antonio do Egypto, como logo se verá. A Egreja celebra este santo, instituidor da vida monastica, a 17 de janeiro. Ainda é portugueza a missão de Onor ou Honowar, que pertence á jurisdicção do arcebispado de Goa. Tem uma egreja da invocação do Salvador do Mundo, com uma confraria de Nossa Senhora do Rozario. Na freguę-

nario, ha sómente um padre em Onor, vigario da jurisdicção do arcebispo de Goa, que reside na primeira; porisso, em tempo quaresmal, vão sempre para lá outros clerigos. Fóra do forte, ficar o bazar ou mercado, pequeno e de pouca importancia, onde se não encontra mais que o estrictamente necessario para a subsistencia dos habitantes».

O embaixador e o italiano alojaram-se n'uma casa particular fóra do forte, visto que o primeiro levava rigorosas ordens do vice-rei contra o capitão de Onor, D. Christovam Fernandes Francisco (?), e instrucções para reformar varios abusos que elle havia commettido na sua administração, e em especial para compôr as differenças existentes entre elle e o povo, bem como entre elle e o vigario, padre Henrique Rebello, que eram de maior gravidade e se imputavam ao capitão.

O vigario primeiro, e depois o capitão com outras pessoas principaes visitaram n'essa casa o embaixador, o qual passou immediatamente a dar cumprimento ás instrucções, apresentando ao capitão as cartas e ordens do vice-rei. D. Christovam tão aterrado com ellas, como reconhecido á cortezia de João Fernandes Leitão, se offereceu a executar promptamente tudo quanto o vice-rei mandava, começando com dar liberdade a um preso e fazendo tudo quanto o embaixador lhe ordenou.

A 19 de outubro, o embaixador com toda a sua comitiva foi visitar o capitão ao forte; em seguida ouviram missa na egreja de Santa Catharina. Depois, o embaixador visitou uma senhora, parente do vigario, e em seguida ficou a sós com o capitão, manifestando-lhe que a sua reconciliação era necessaria, em que lhe pezasse. *Causa mali tanti foemina sola fuit.* Segundo se dizia, a origem da maior parte das questões entre o vigario e o capitão, fôra a mulher d'este, que tinha desterrado de Onor um criado (do vigario) de que o marido se servia para seu proxeneta, e que, porisso, tinha já sido castigado uma vez. N'esse dia jantaram todos com o capitão que a isso préviamente os havia convidado: João Fernandes, o capitão

---

zia ha, entre outros, um bairro denominado *Firgueambatt*, quer dizer, predio de portuguezes, com capela e confraria da invocação de Santa Cruz. Segundo me informam dois antigos missionarios de Honowar, por occasião da festividade annual do benzimento da nova espiga de arroz, os naturaes exhibiam na procissão uma velha bandeira portugueza, que, desde longo tempo, se conservava com religioso cuidado em casa d'um gentio! Vestigios da antiga dominação portugueza!

general da armada Heitor Fernandes, o padre Bartholomeu Barroso, capellão do embaixador, um Gonsalo de Carvalho e Pietro Della Valle. O jantar foi muito bem servido.

No dia seguinte, Della Valle e o padre Barroso foram n'um palanquim a uma milha fóra de Onor, afim de vêr uma bella corrente de agua, com que se irrigavam os campos visinhos, sendo tambem um logar aonde os naturaes iam banhar-se. O sitio era uma amenissima estancia. A fonte era venerada pelos gentios com o titulo de Ramtirta, isto é, agua sagrada, agua de expiação, e entre os portuguezes conhecida com o nome de tanque de padre, por morar ali um asceta gentio. Ambos os excursionistas tomaram banho. Os campos que percorreram no transito eram outeiros e valles pittorescos. todos verdejantes, parte com herva muito crescida, parte com arvoredo, parte com plantações de trigo.

Vitola Sinay, embaixador de Venctapa, estava alojado na outra banda do rio de Onor. No dia 21 de outubro, visitou o capitão no forte. O capitão com o embaixador Leitão, Della Valle e mais cidadãos receberam-o no caes onde desembarcou; á entrada no forte, foi saudado com tres tiros de canhão.

A 24 de outubro foi o divali, ou festa de luzes, dos gentios hindús (1). Transportou-se Della Valle para uma outra grande povoação gentilica, separada da que fica na costa junto de Onor, e denominada villa dos brahamanes, em razão dos seus habitantes serem na maior parte brahamanes, ao passo que os da costa são pescadores e dados a outros misteres identicos.

Em 25 de outubro, recebeu-se em Onor a noticia de

---

(1) *Divali* ou *dipavali* significa uma fileira de luzes, ou illuminação. E' uma festividade annual hindú em honra de Kali ou Bhavani, mulher de Siva, e de Lakshimi, mulher de Vishnú, deusa da prosperidade e da abundancia. Tem egualmente por fim celebrar a victoria de Chrisna sobre o demonio Naraka, a quem matou, libertando 16 mil virgens que esse demonio tinha presas em seu poder. Recahe de ordinario em outubro, mas no corrente anno, por excepção, em 6 a 8 de novembro. O mais antigo escriptor portuguez que d'ella faz menção, é o celebre navegador Manuel Godinho de Eredia. Na sua *Declaraçam de Malaca e India meridional com o Cathay*, escripta em 1618, e que em 1881 foi publicada em Bruxellas, diz a fl. 38 v.:

«... no equinoctio da entrada de libra, dia chamado *Divaly*, tem tal privilegio e vertude que obriga a falar as arvores, plantas e ervas»...]

ter fallecido na noite de 19, quinta-feira (1), a principal esposa, já velha, de Venctapa Naique, que muito a estimava; chamava-se Badraamá, e era filha d'um homem nobre da mesma raça Lingavat (2), como Venctapa. Badra era o seu nome proprio, amá o seu titulo indicativo de princeza ou rainha. Vitolá Sinay já tinha communicado a Venctapa a chegada do embaixador e sua comitiva; era porisso necessario aguardar a resposta e as ordens da côrte; esperar egualmente carregadores que os transportassem a elles (pois toda a jornada tinha de fazer-se em liteiras ou palanquins) e as suas bagagens e outros objectos. N'este meio tempo recahiu o divali. Por tudo isto, Leitão ficou obrigado a demorar se, acrescendo a isto o fallecimento e o funeral da rainha.

D'esta refere Della Valle o seguinte curioso episodio que ouviu.

«Ha 12 ou 13 annos, quando ella contava 35 annos d'edade, soube que Venctapa Naique, seu esposo, enamorando-se de certa moura, a conservára em segredo n'um forte, não longe da côrte, aonde costumava ir frequentes vezes passar tres ou quatro dias. Queixou-se, pois, Badraamá ao marido, não só da injuria que lhe fazia a ella, mas ainda do mal que elle proprio procedia, cohabitando com uma mulher estranha, de raça impura (conforme o seu preconceito) e d'um povo que bebe vinho e come carne e toda a sorte de impurezas (a seu juizo); declarou-lhe porisso que, se Venctapa queria outras mulheres, lhe não faltavam da propria raça limpa, o que levaria com paciencia, mas desque se relacionára com a moura, ficavam rotos todos os laços entre ambos, e jurou trataria com Venctapa, como uma filha com seu pae. Feita esta declaração, Badraamá nenhum resentimento manifestou mais ao seu marido, mas viveu, como anteriormente, no palacio, assistindo-lhe nas suas enfermidades, e fazendo tudo o mais com o mesmo carinho, aconselhando-o e ajudando-o nos negocios do governo, nos quaes tinha sempre grande autoridade sobre o rei; e,

(1) No texto inglez está *29 de outubro*, mas é manifesto erro.

(2) *Lingavant, lingat* ou *lingayet* é uma seita sivaita, espalhada no sul e a oéste da India, cujos membros usam ao pescoço, ou atado ao braço esquerdo, o *lingam*, symbolo de Siva. A seita foi fundada no seculo XII por Basava, que se diz ter estado algum tempo em Sangameshwar (Ratnaghery).

em summa, excepto a cohabitação, cumpriu com todos os outros deveres d'uma boa esposa. Venctapa que lhe era bastante affeiçoado, não obstante a infidelidade com a moura, procurou por todos os meios demovel-a do seu proposito e persuadil-a á cohabitação, offerecendo-se por vezes a remir o juramento com a esmola de quasi 20 mil pagodes (1), mas tudo foi baldado, e ella persistiu na sua resolução até á morte. E' por este indubitavel acto de constancia e virtude que Venctapa Naique sempre a amou o mais possivel».

Sob varios pretextos, proprios da diplomacia capciosa, Vitola Sinay fazia demorar a partida do embaixador portuguez para a côrte de Venctapa Naique; até que, em 29 de outubro, domingo, depois de ter ouvido missa na egreja de Santo Antonio do Egypto, João Fernandes resolveu ir ter com elle em pessoa e fallar-lhe sobre o assumpto. Metteu-se n'um d'esses barcos que se chamam manchúas (2), de 20 a 24 remos. Acompanhou o, entre outros, o italiano. Vitola Sinay, que d'isso fôra avisado, estava esperando o na terra firme, á sombra d'umas pequenas montanhas com arvoredo, frequentes no paiz. «Foi o primeiro logar que pisei, pertencente a gentios e por elles proprios governado», acrescenta Della Valle.

João Fernandes fallou bastante tempo e a sós com Vitola Sinay, sentando-se ambos n'um tapete extendido na relva. Acabada a entrevista, o embaixador tornou ao barco e regressou a Onor. De volta, disse ao italiano que, em vista do que ouvira a Vitola Sinay, julgava melhor pôrem-se todos a caminho sem demora.

«D'esta mudança de opinião deduzi que Vitola Sinay tinha fallado a João Fernandes, de modo que este percebesse que a sua frieza em lhe dar todas as commodidades para a jornada, não era devida ao lucto do rei pela morte

(1) Antiga moeda de ouro corrente no sul da India, equivalente a 3 1/2 rupias. E' o *orá* ou *varaha* hindú. Parece que em Ikkeri se cunhavam pagodes d'um typo especial, como se infere d'um artigo sobre as moedas do sul da India, publicado pelo capitão Tufnell no *Madras Journal of Literature and Science*, vol. de 1886–87, pag. 55.

(2) Embarcação nativa, de que fallam Gaspar Corrêa e outros chronistas. Antigamente o Estado tinha uma elegante manchúa para o transporte dos vice-reis e governadores, a qual foi substituida mais tarde pelo bergantim. Parece que á antiga manchúa corresponde o moderno *mochuá*, nome d'uma especie de embarcações que fazem o trafico costeiro.

da rainha, mas a qualquer outro motivo; parece que Venctapa não levava a bem esta embaixada. Em confirmação, fiquei sabendo que, antes de João Fernandes sahir de Goa, Venctapa tinha escripto para lá ao seu embaixador (Vitolá Sinay) que, se a embaixada tinha por fim obter a restituição do estado e forte de Banghel (1), conquistado recentemente por Venctapa a um pequeno principe indiano, visinho de Mangalor, o qual vivia sob a protecção dos portuguezes (para cuja defeza elles, ha 3 ou 4 annos, tinham tido guerra com Venctapa, sahindo bastante derrotados), seria baldada, e Fernandes (2) podia abster-se de fazer a jornada, porquanto estava firmemente resolvido a não restituir Bhangel, nem a abonar a tença annual de 7 mil pagodes, que por um tratado se compromettêra a dar áquelle principe, salvo se este fosse viver para fóra dos territorios que se lhe haviam tomado, — em Goa, Mangalor ou qualquer outra parte — visto que, permanecendo n'aquelles territorios com a tença, nutriria talvez a esperança de fazer em qualquer tempo um levantamento. Assim Venctapa Naique, conhecendo que o negocio do principe de Bhangel era o principal fim da embaixada, — vendo egualmente que este anno não tinham chegado as naus de Portugal, que cada anno levam a pimenta dos seus (d'elle) dominios, a troco d'uma grande quantidade de moeda, como estava accordado, e, portanto, que não podia receber agora esse rendimento, nem mesmo o que do anno passado se lhe ficava devendo, por causa da perda das naus (3), — observando mais que os portuguezes estão decahidos e fracos a ponto que d'elle carecem e lhe vão submetter-se com uma embaixada, — recordando-se finalmente da derrota que lhes infligira, — não admira que, tornando-se insolente, como é vulgar entre

(1) *Bhangel*, ou *Bhanger*, *Bhangervan*, como escreve o viajante na 6.ª carta, dando a sua descripção. Ao presente, logar de nenhuma importancia.

(2) No texto em seguida ao nome do embaixador, estão as seguintes palavras = agora pela primeira vez seu conhecido =. Isto não concorda, porém, com o que, em mais d'um logar, como veremos, se lê na 5.ª carta, sobre a estada anterior de João Fernandes Leitão em Ikkeri, e suas relações com Venctapa Naique.

(3) O commercio da pimenta era monopolio da Corôa. Era o Estado, porisso, que armava as naus de viagem. Veja-se Figueiredo Falcão, *Livro de toda a fazenda*...

os barbaros (1), e pretendendo mostrar-se superior a elles, não só manifestasse desagrado pela embaixada, mas em pouco a tivesse».

A 30 de outubro, resolveu João Fernandes partir no dia seguinte; e, porisso, mandou adeante alguns cavallos e parte da sua comitiva. Mais tarde, souberam por um individuo de Goa, terem chegado aqui alguns portuguezes da armada que fôra despachada de Portugal, composta de quatro grandes naus mercantes, duas chalupas e quatro galeões de guerra, com ordem de ser consignadas a Ruy Freire para a guerra de Ormuz, pois a côrte de Hespanha tinha tido conhecimento da perda de Ormuz, mas não da perda das naus da esquadra do anno antecedente. Esses portuguezes — acrescentava o mensageiro — haviam embarcado n'um dos galeões d'aquella armada, o qual se perdeu, salvando-se os passageiros e a carga que vieram a Goa em varios barcos; e demorando-se muito os restantes navios, suppunha-se que haviam tomado derrota por fóra da ilha de S. Lourenço (2), no que se gastava mais tempo.

(*Continua*)

J. A. Ismael Gracias.

---

(1) *Barbaros* é o nome que o viajante, dominando-se pelas idéas do tempo, dá mais d'uma vez aos povos orientaes E' uma injustiça, tão flagrante como a que praticaram antigos historiadores e chronistas portuguezes, designando com egual nome os arabes que, no seculo VIII, invadiram a peninsula, conservando-se em Portugal até ao seculo XIII, e na Hespanha até ao seculo XV, e que eram, sem duvida, muito mais civilisados e urbanos no trato do que os godos, ou wisigodos da epoca, aos quaes, assim como aos alanos, suevos, schilingos e vandalos que os precederam, se ajustava bem, na opinião de Alexandre Herculano, tal epitheto.

(2) Madagascar. No discurso que, na sessão inaugural do ultimo Congresso maritimo internacional, realisada em Lisboa no dia 22 de maio ultimo, proferiu o seu presidente, mr. J. Charles Leroux, referindo-se aos descobrimentos portuguezes, disse com respeito á ilha de Madagascar — «que Diogo Dias chamou primeiramente S. Lourenço, porque a descobriu a 10 de agosto, dia da festa d'aquelle santo» — o seguinte:

«O *comité* de Madagascar, a que eu tenho a honra de presidir, assim como á União Colonial Franceza, emprehendeu sob a direc-

ção do meu sabio collega Grandidier, a reimpressão e a publicação de todas as antigas obras, concernentes á grande ilha, do XV ao XVIII seculo.

«Podereis ahi lêr, senhores, no 1.º volume, contada pelo proprio, a narração da descoberta de Madagascar e das explorações portuguezas. Acrescento que foi em Lisboa que nós obtivemos as mais preciosas informações» (*Diario de Noticias*, n.º 13 819, de 23 de maio de 1904)

Corrigendum — Na terceira carta, publicada no n.º antecedente d'esta revista, o segundo § de pg. 231 deve ler-se assim:

«Começa por dizer que, em breves dias, fará uma excursão de Goa para o interior da India, ao sul, até ao Canará, acompanhando João Fernandes Leitão, que, por ordem do vice-rei, vae como embaixador perante o principe gentio d'aquella provincia, Venctapa Naique.»

Addendum — A' nota (3) a pg. 185 (n.º 4 d'esta revista): — Segundo referem jornaes de Lisboa, na ultima procissão do Corpo de Deus, realisada n'aquella cidade em 2 de junho corrente, figuraram «pretos com as suas pittorescas vestes, tocando cornetas, tambores e pifanos, tres mesarios, o *homem de ferro*, um cavallo com cobertura branca e a testa lapada, os criados da casa real conduzindo o cavallo, um moço de estribeira, a cavallo, o pagem, a irmandade, e finalmente a imagem de S. Jorge, fechando o prestito a força de cavallaria».

PRAÇA DA AGUADA E SEU PHAROL

Deixando para outra occasião a historia da fundação da praça da Aguada, que construida antes de 1612, no governo do vice-rei Rui Lourenço do Tavora, se ostenta donairosa no alto do monte á esquerda da barra de Goa, vamos por agora tratar de dois impostos, que tem muita relação com aquella praça, e os quaes com quanto não sejam de data e origem muito remotas, tiveram comtudo existencia legal durante um longo periodo dos ultimos dois seculos e eram conhecidas pelas denominações de *imposto de pharol* o *imposto de agoada de navios*.

Para ficarmos sabendo a origem e a proveniencia d'estes impostos, necessario é remontar a epocha do estabelecimento do pharol existente na praça da Aguada. Ouçamos, pois, o que nos dizem escriptores, antigo e modernos, acerca do mesmo pharol.

=A fortaleza do Aguada está defronte do forte de N. S. do Cabo na entrada da barra á mão esquerda, toda cercada de muros sobre hum alto monte, no qual está uma torre de altura de seis braças e no alto d'ella o pharol, que se accende na moção do Reyno (1).

=Ha n'esta fortaleza (de Aguada) uma torre alta, onde antigamente se accendia nos tempos da monção das naus da India, um pharol, que consistia em fachos molhados em azeite, para o que concorriam as communidades agricolas de Bardez; hoje ha alli um pharol de rotação mandado collocar pelo governador Lopes de Lima, cuja machina é construida sobre a de um relogio.. (2).

=O pharol era antigamente entretido com fachos ensopados em azeite, cujo custeio faziam as camaras de Bardez. Hoje tem uma boa lanterna, com eclipses regulados pela machina de um grande relogio .. (3).

= O estabelecimento do pharol de Agoada foi muito antigo, mas bastantes annos ha que não se acceodia, talvez por arruinado ... (4).

Da leitura que acabamos de fazer do que está escripto sobre o pharol da Aguada, pode-se concluir: — 1.° que o pharol existia já no seculo

(1) *Leonardo Paes* — Promptuario das Definições Indicas — Edição de 1713, pag. 135.

(2) *José Maria de Souza Monteiro* — Diccionario Geogr. das prov. e posses. port. no ultramar — verbo Aguada, pag. 91.

(3) *Joaquim Pedro Celestino Soares* — Bosquejo das Passes. Portug. no Oriente, Tomo 1.°, pag. 38.

(4) *Filippe Nery Xavier* — Gabinete Litter. das Fontainhas Vol. 2.°, pag. 260

XVII ou XVIII; — 2.° que se accendia somente ao tempo da chegada ou partida das naus do reino; — 3.° que por muitos annos não funccionava, talvez por arruinado; — e 4.° que era mantido, em tempos passados á custa da camara agraria de Bardez.

Existindo pois o pharol desde ha muitissimos annos antes de 1841, anno em que foi reformado e restabelecido, parece que não havia por esses tempos imposto algum de semelhante natureza, por quanto sendo a camara agraria quem custeava as despezas de manutenção do pharol ou antes de fornecimento de oleos para sua illuminação, não ha porque se deva suppor que existisse imposto lançado pelo governo.

Consta todavia que em tempos preteritos, as embarcações que entrassem as barras da Aguada e de Mormugão pagavam um tributo, que embora fosse illegal e não pertencesse ao Estado, era uma das alcavallas que a titulo de visita de entrada das embarcações se exigiam nas fortalezas da Aguada e de Mormugão, em proveito dos respectivos commandantes, sem auctorisação competente e só polo fundamento de ser *pratica muito antiga*.

Foi, porém, nos primeiros dias do referido anno de 1841, que o governador geral interino José Joaquim Lopes de Lima por entender que o pharol da Aguada devia esclarecer o porto, o que não fazia ha annos, ordenou que fosse reformado e posto em estado de funccionar em devidos termos; e por outro lado prevendo a conveniencia de garantir a conservação e o entretenimento do mesmo pharol, estabeleceu um imposto sobre as embarcações costeiras que entrassem pela barra a dentro — imposto regulado a duas tangas para as embarcações de menos de 200 caodins de porte e mais uma tanga por cada 100 candins d'arqueação para as que fossem maiores — isentando-as de todas alcavallas a que d'antes eram sujeitas.

Criado e fixado o imposto, o mesmo governador Lopes de Lima determinou em portarias n.os 94 e 95 de 13 de janeiro de 1841, que o respectivo producto fosse applicado para as despezas do custeio do pharol, juntamente com o producto de outro imposto de *agoada de navios*, de que logo havemos de tratar.

Dahi veio a denominação de imposto do pharol ao tributo lançado pelo governo do Estado sobre as embarcações que na sua entrada pela barra dentro se guiam pelo pharol da Aguada.

* * *

Investigada, como está, a origem e a provenencia do imposto de pharol, passemos a inquerir e examinar quando é que se accendeu o pharol depois de reformado — quando começou a arrecadação do novo imposto — por quem e onde era ella feita — e quanto teria produzido nos primeiros annos de sua existencia.

No Boletim do governo geral, da serie de 1841, está consignada a noticia de que na noite de 21 de outubro desse anno, se *accendeu pela primeira vez* o pharol de rotação collocado sobre a torre da fortaleza da Aguada, na latitude de 15 gr. 29 min. e 73 seg. a leste de Greenwich,

perfazendo a rotação no espaço de 15 min. e 30 seg. de luz mui viva e outro tanto de eclipse.

Começando a funccionar o pharol, começou tambem a arrecadação de imposto creado pelo governo para sua manutenção. A cobrança do seu rendimento era, ao principio, feita na alfandega de Nova Goa; mas por officio da secretaria geral do governo de 23 de novembro de 1841 dirigido ao administrador geral das alfandegas se mandou que o mesmo rendimento fosse entregue mensalmente ao commandante da praça da Aguada, a fim de ser applicado, junto com o producto de *aguada de navios* para o custeio do pharol.

Por portaria do governo geral, n.º 573, de junho de 1844, se determinou que o referido commandante fizesse recolher no thesouro publico o saldo que tinha em seu poder proveniente do rendimento da entrada de embarcações, bem como que fizesse receitar no mesmo thesouro, e mensalmente, o producto de *agoada de navios*, devendo dahi por diante passar a importancia do imposto de pharol a ser entregue na alfandega principal para esta entrar na thesouraria da fazenda junta com seus rendimentos. Esta portaria teve a regia sancção em portaria do ministerio da marinha e ultramar, n.º 1356 de 27 de setembro de 1844. E assim desde julho d'esse anno começou a entrar directamente no thesouro publico, pela alfandega principal, o rendimento do imposto de pharol.

Pelo mesmo governo e pouco tempo depois se declarou que ao imposto de pharol eram obrigadas não só as embarcações de panno, mas tambem as de gavea, devendo estas pagar seis tangas por cada 100 tonelladas correspondentes proximamente a 400 candins, e ficando exceptuados unicamente os navios de guerra nacionaes e estrangeiros.

Procurando saber qual foi o rendimento d'este imposto nos primeiros dez annos depois que começou a entrar directamente no thesouro publico, isto é, desde o 2.º semestre de 1844, achamos as seguintes cifras:

De julho a dezembro de 1844	219.4:21
Do anno de 1845	658:2:48
Do » de 1846	582:1:23
Do » de 1847	595:1:59
Do » de 1848	593:3:00
Do » de 1849	527:4:00
Do » de 1850	411:0:30
Do » de 1851	635:2:30
Do » de 1852	581:3:40
Do » de 1853	422:0:30
Do » de 1854	462:0:30

* * *

Depois do que acima fica relatado, poder-se-hia rematar aqui a historia do imposto do pharol da Aguada, mas não é fora do proposito proseguir n'ella a fim de os leitores terem conhecimento tanto dos melhoramentos que posterior e successivamente tem tido o mesmo pharol,

como das ulteriores occorrencias havidas com respeito ao imposto, até a sua extincção em 1880.

Já sabemos que o pharol da Aguada foi de ordem e no tempo do governador Lopes de Lima reconstruido e posto em estado de funccionar. Assim continuou até aos primeiros annos do governo do conde de Torres Novas, que o fez reformar como novo apparelho illuminatorio de *Argand*, da classe catoptrica, como consta do seguinte aviso publicado no *Boletim Official* n.° 98 de 1864.

Novo Pharol no Castello da Praça d'Aguada

=Pertence a classe dos catoptricos, e é de rotação continuada. No intervallo de 30 segundos a luz se faz ver por successivos graos de augmento na intensidade até a posição que adquire o maior brilho, passa d'ahi a diminuir, em igual intervallo, até a sua occultação, e dura o eclipse um minuto — 30 revoluções por hora. Montado no alto de uma torre, ligeiramente conica, cuja altura é de pouco menos de 15.m5 ou 7 braças proximamente, elevada sobre a eminencia em que se desenvolve o recinto do Castello da praça d'Aguada, tem o foco luminoso, em relação ao nivel medio das aguas do Oceano, á altura de pouco mais de 85.m ou em numero redondo, 39 braças. E' visivel com bom tempo na distancia de 26 milhas geographicas e dosafrontadamente por um arco de horisonte de mais de 150: Em rumos magneticos considerados do pharol, este arco se extende desde quasi N.N.O até perto além de S.S.O rondando pelo O. Accende-se desde 14 de outubro d'esto anno=

Desde 1841 até ao primeiro semestre de 1866 accendia-se somente durante as noites de verão, por ser pouco necessaria a illuminação no inverno, em que cessa o movimento maritimo na barra e porto; mas em 11 de junho de 1866 se mandou — portaria do governo geral n.° 80 d'esta data — accender tambem durante as noites dos mezes de inverno.

Ao imposto de pharol, desde a sua creação em 1841, até junho de 1871, ficavam sujeitas unicamente as embarcações que entrassem pela barra da Aguada; mas posteriormente, em julho de 1871, o governador geral visconde de S. Januario determinou em portaria n.° 241 desse anno, que todas as embarcações que entrassem nos portos de Nova Goa e de Mormugão pagassem o imposto de pharol na conformidade da tabella que faz parte da mesma portaria.

* * *

E' agora opportuno tratar aqui do imposto de *agoada de navios*, creado em janeiro de 1841, conjunctamente com o imposto de pharol.

Não temos encontrado documento algum que fallando d'este ramo das rendas do Estado alcance a sua origem; o que nos obriga a lançar mão de outro meio para rastrear o terreno que temos em vista explorar.

Sabe-se por tradição que nos primeiros tempos da conquista de Goa, os navios que demandavam o seu porto e iam directamente fundear

defronte da antiga alfandega (Mandovy) na cidade velha de Goa, se proviam das aguas de um poço (denominado de navios) situado nas proximidades da egreja de S. Pedro em Panelim.

Sabe-se tambem que antes mesmo da construcção da fonte da praça da Aguada (1) os navios que fundeassem na barra, faziam a provisão de agua das nascentes que abundavam no local onde foi construida a mesma fonte (2).

Desde tempos antigos, as embarcações que se forneciam de agua da referida fonte, costumavam pagar uma rupia, por cada pipa, ao commandante da fortaleza da Aguada, como se conhece de uma informação official dada ao governo do Estado, em 1840, que encontramos registada na repartição de fazenda, e que diz o seguinte=A contribuição que pagam os navios e mais embarcações pela agua que lhes fornece a praça de Agoada, é antiquissima e constituia, por pratica muito remota, uma propina dos commandantes da mesma praça, ao passo que estava a cargo da fazenda o entretenimento dos apparelhos necessarios para semelhante fornecimento=.

Mas em que se fundava *a pratica muito remota*, ou qual a lei que auctorisava? — Desde quando teria começado a pratica? — A contribuição seria alguma alcavalla, como muitas outras suas coetaneas creadas e mantidas por quem as arrecadavam em seu beneficio?

A nenhuma d'estas perguntas nos é possivel responder por falta de documentos que derramem alguma luz sobre estes pontos, que até hoje nos permanecem escuros. Parece, porem, que sendo, como é, publica a fonte da Aguada e corrende, como corre, por conta da fazenda publica a despeza dos apparelhos necessarios para se fazer o fornecimento de agoada ás embarcações que a demandassem, não havia razão para deixar de pertencer á fazenda a contribuição paga pelas mesmas embarcações.

Seja como fôr, o certo é que antes do anno de 1841, a fazenda publica não teve receita alguma de semelhante proveniencia.

Era já tempo, porém, e tornava-se necessario fazer cessar *a pratica antiga*, a qual como não tinha razão de ser, não podia continuar com sciencia o sem autorisação do governo. Foi por isso que em portaria do governo geral n.º 94 de 13 de janeiro de 1841, se determinou a cessação da pratica existente.

Temos pois agora de tratar do novo impesto de agoada de navios, que desde aquelle anno, sendo já legal, passou a ser considerado como um dos ramos de receita de Estado.

E por isso convem passar em revista as providencias tomadas pelo governo para a cobrança do mesmo imposto, depois da citada portaria de janeiro de 1841, pela qual se mandou que o producto da contribuição devida pela aguada de navios ficasse pertencendo á fazenda publica,

(1) A fonte da praça de Aguada foi mandada construir, em 1624, no segundo governo do conde almirante D. Francisco da Gama, o que attesta a inscripção lapidar gravada no frontispicio da mesma fonte.

(2) Vide F. Pyrard — tomo 2.º, pag. 27.

consignando-se comtudo ao commandante da fortaleza da Aguada dez por cento e ao respectivo escrivão cinco por cento da totalidade do seu rendimento.

Em 1843 se mandou reverter a favor da fazenda a mencionada consignação de dez e cinco por cento concedida ao commandante e escrivão da fortaleza.

No mesmo anno se prohibiu ás embarcações, que não fossem de guerra, fazer aguada sem o pagamento de uma rupia por cada pipa.

Em 1844 se determinou que o commandante da fortaleza da Aguada fizesse receitar mensalmente no thesouro publico a importancia do rendimento da aguada de navios.

Nesse mesmo anno foi tambem prohibido que as embarcações fizessem aguada na fonte que existe nas proximidades do forte dos Reis-Magos, sem o pagamento da contribuição estabelecida.

Sempre foi de somenos importancia a receita que o imposto de aguada de navios dava á fazenda publica, tanto que nunca chegou a mil rupias por anno.

Dos primeiros dez annos depois da creação d'este imposto, o seu producto foi o seguinte, em xerafins:

De 1842	.....	424:0:00
De 1843	.....	388:1:00
De 1844	.....	648:4:30
De 1845	.....	743:2:21
De 1846	.....	928:3:18
De 1847	.....	930:0:45
De 1848	.....	440:2:00
De 1849	.....	549.0:30
De 1850	.....	320:2:54
De 1851	.....	216:0:30

* * *

Estando já relatado o que diz respeito aos dois impostos de que estamos tratando, falta agora assentar a epocha e o motivo da sua cessação.

Tanto o imposto de aguada de navios como o de pharol, foram extinctos por decreto de 21 de outubro de 1880. Pois que. —

Nas provincias ultramarinas portuguezas foi creado, pelo artigo 1.º daquelle decreto, o imposto de tonelagem, cobravel sobre a navegação, nacional ou estrangeira, de longo curso ou de cabotagem; e pelo artigo 3.º foram supprimidos todos os direitos que estavam em uso cobrarem-se sobre a navegação a titulo de ancoragem, tonelagem e pharoes.

Com a vigencia do referido decreto cessaram os redditos provenientes dos ditos dois impostos a cuja historia temos por isso de por aqui ponto final.

J. M. do Carmo Nazareth.

ÁCERCA DA PESTE BUBONICA

(Uma inscripção em Diu)

Hoje que essa terrivel enfermidade nos tem visitado a miude, e que, passados o chaos scientifico e o terror superstic ioso das épocas medievaes, a expressão *peste* traduz uma doença como qualquer outra, pavorosa embora, mas symptomatologica e etiologicamente bem definida, parece-nos opportuno dizer algumas palavras sobre a sua historia, e trazer ao conhecimento dos leitores d'*O Oriente Portuguez* a noticia d'um padrão archeologico — no seu genero unico, talvez, em toda a India — existente em um dos muros da velha praça de Diu, tão valorosos outr'ora, como agora inestimavelmente valiosos em monumentos que encerram :

I

De ha muito se conjecturava que a peste bubonica remonta á mais alta antiguidade. Das violentas epidemias que assolaram a Grecia e Roma antes da éra christã, ficaram-nos, é certo, preciosos documentos. Mas nem d'estes se podia concluir, com juizo seguro, que taes epidemias fossem a genuina peste, e nem menos era possivel acceitar a classificação, feita por Galeno, que pretendêra attribuir esse nome a «toda a doença que, mostrando-se n'uma localidade sob a forma epidemica, acommette um grande numero de individuos e determina uma mortali-

dade consideravel.» Se, pois, havia uns, como Thucydides e o citado Galeno, que o affirmavam, outros o punham em duvida, como Hoeser e Daramberg, á mingua dos chamados phenomenos pestiferos, que lhe definissem a sua natureza pathologica. A disseminação rápida da doença e a fórma epidemica, diz o dr. Manoel Penteado, pertencem e cabem perfeitamente no quadro mórbido da peste; mas, além d'estes caracteres geraes, communs a um sem numero de affecções, certos caracteres especiaes, taes como uma febre intensa e ardente, delirio, perturbações nervosas, e, sobretudo, o apparecimento de bubões, são necessarios para que propriamente se possa definir uma *peste*. Tal ora, em resumo, o estado da questão, quando o celebre Cardeal Angelo Mai, profundo investigador de antiguidades, annunciou uma descoberta.

Consultando a preciosa *Collectanea Artis Medicae* — vasta compilação de 70 livros, onde o dr. Oribaso de Pergamo recolheu as passagens importantes dos medicos antigos, entr'outras, as observações de Dioscórides, de Diniz-o-Torto e Possidonio —, o Cardeal Mai encontrou uma noticia sobre peste, attribuida a um medico grego do anno 250 antes de Christo, Rufus de Epheso, que viveu provavelmente na época de Trajano, e que foi auctor d'um poema ácerca da medicina, no qual se descreve o mal de peste com notavel e extraordinaria exactidão. Essa descripção veiu demonstrar que a epidemia, que invadira a Asia Menor e a Europa no anno 542 da era vulgar, sob o imperio de Justiniano, a que com certeza se póde chamar peste e que se suppoz vinda do baixo Egypto (Peluza), já não estava nos seus primeiros passos. Evolucionando, o mal chegou a Marselha em 588, d'onde subiu e se espalhou por todas as Gallias, produzindo tal mortandade, que, segundo o testemunho de G. de Tours, se enterravam os mortos aos dez e doze na mesma cóva.

Depois, até 1347, perde-se-lhe o rasto. O que caracterisa, diz o dr. Thoinot, a evolução da infecção nos cinco seculos que se seguiram, é o recuo lento, progressivo, mas continuo. E' preciso chegar á edade média, ao seculo XIV, para encontrarmos uma epidemia horrorosa, de tristissima memoria. Foi então que rebentou a chamada «peste negra,» que, em menos de 20 annos (1334-1351), victimou 42 milhões de individuos, dos quaes 25 milhões pertencem á Europa (1). A epidemia,

(1) Hecker e Hirsch são de parecer contrario. Oppõe-se-lhes Littré na *Bibliotheca da Eschola de Chartres*, em um notavel artigo sobre a peste, e Symão de Covina (1350) n'um poema manuscripto em versos latinos, no qual designa o mal sob o nome de *Pestis inguinaria*. Covina fôra bus-

que partira da China em 1334, invadiu primeiro a Iudia e a Persia e passou á Europa atravéz da Russia (1).

Em épochas posteriores — seculos XV, XVI (peste em Portugal, 1569) e XVII — o mal fez numerosas apparições na Europa e Asia, sendo a mais importante a grande peste de Londres, em 1665, que causou 65 mil mortes n'essa cidade. Em França, no seculo XVIII, a ultima epidemia foi a peste de Marselha, importada para aquella cidade, em fins do junho de 1720, pelo navio «Grande St.° Antonio,» partido de Saida (Syria), com carregamento de séda, a qual durou 15 mezes, e fez 40 mil victimas, havendo dias em setembro d'esse anno, em que o numero de mortos se elevava a mil, saltando d'ahi para Aix, Toulon e outras cidades do meio dia e sul o fazendo ao todo 87.660 victimas em uma população de 247.900 almas.

No principio do seculo XIX, a peste estabelecia-se na Turquia, fazendo em Constantinopla 150 mil victimas em 1803, e 110 mil em 1831, pelo que dir-se-ia localisar-se na Asia, produzindo a convicção do seu completo desapparecimento da Europa, mercê de cordões sanitarios rigorosissimos, que o fanatismo das turbas e o medo produzido pela historia do passado logravam fazer respeitar (2).

A India teve tambem as suas epidemias, diz o dr. Rocha Pinto (3), que se tornaram mais conhecidas desde o seculo XVI Assim, de 1684-1690 espalhou-se a peste por Deccan, Surrate, Damão e Thanã; só a de Sind victimou 80 mil individuos, o a de Ahmedabad manteve-

---

car a causa do mal em uns phenomenos astronomicos, por coojuncções dos planetas Marte, Jupiter e Saturno; mas o povo não se conteotou, e, procurando uma victima expiatoria da desgraça que o feria, atirou-se mais uma vez aos infelizes judeus, accusando-os de unicos causadores dos males de que padecia, e fazendo succeder aos horrores da epidemia a brutalidade das perseguições e das carnificinas pelas cidades! Mais tarde, em 1580, Hieronymus Mercurialis, no seu livro *De maculis pestiferis*, affirmava que a peste tinha por causa phenomenos de ordem atmospherica. Só muito depois, é que M. Massarie proclamou o desconhecimento das medidas de hygiene e de salubridade publica, como a origem primaria do terrivel morbo.

(1) O papa Clemente IV mandou fazer uma estatistica universal das victimas d'essa invasão, a qual demonstrou ter sido de 42.386.386 o total dos mortos, dos quaes 25 milhões pertencem á Europa, sendo destes cem mil florentinos. Não se póde garantir o rigor do resultado d'esse trabalho.

(2) Assim é que, em 1816, um habitante de Naja, pequena cidade italiana em redor da qual se estabelecêra um cordão sanitario, foi fusilado, simplesmente por ter feito passar aos soldados do cêrco um baralho de cartas que proviéra de sitio infeccionado.

(3) «A Peste na India» (dissert. inaugural), pg. 19

se durante 8 annos; em 1812 reappareceu em Guzerate, no anno immediato em Cutch, Kathiawar e Rajaputana, e em 1836 em Jodhpúr. Parece tambem que foi a peste bubonica — acrescenta o citado medico — que obrigou o governo portuguez a abandonar a antiga e velha cidade de Goa, transferindo a séde para Pangim.

Os chronistas fallam vagamente d'uma peste em Goa, como sendo um castigo da Providencia. Em 1570, no governo do vice-rei D. Luiz de Athayde, soffreu Goa o flagello d'uma peste, que matou um consideravel numero de seus habitantes. Sessenta e cinco annos depois, em 1635, no governo do vice-rei Pero da Silva, reappareceu a peste em Goa, desenvolvendo-se com incrivel violencia, e espalhando terror e desolação por toda a parte.

Na segunda metade do seculo XIX, exceptuando a epidemia de 1877-78, a peste mostrava-se limitada a algumas regiões que constituiam, como ainda constituem, os seus fócos permanentes, então com pouca tendencia para a irradiação. Julga-se que estes fócos estão situados n'uma área continua, muito longa, mas relativamente estreita. «Com effeito,— dizia o tão eminente como infeliz bacteriologista Camara Pestana,— desde 1860 notam-se dois fócos ao redor das tres grandes bacias do mar Caspio, do lago Ourminak e do rio Tigre (1); um, o de Irak-Arabi, formando uma grande elipse tendo por centro Bagdad e extendendo-se desde a confluencia do Tigre e do Euphrates até Assak, outra na Persia occupando os terrenos montanhosos do Kurdistan, onde, em 25 annos, houve epidemias violentas, e extende-se para o sul de maneira a fazer juncção com o fóco da Turquia asiatica, indo a Recht, a Astrakan e a Vetlianka. Fócos na Iodia, vestigios das epidemias de Guzerathe e Pali, que produziram uma série continua de manifestações pestilenciaes até 1880.»

Esses fócos são:

1.° — *Cyrenaica* (Tripolitana), onde a peste se desenvolveu principalmente em 1858-59, e depois em 1873-74, no plató de Barca.

2.° — *Assyr* (Arabia), fóco que tem revivido dez vezes, desde 1844 a 1893.

3.° — *Irak-Arabi*, onde se manifestaram grandes explosões em 1863, 1867, 1877, 1880, 1885 e 1892.

4.° — *Persia*, onde appareceu 15 vezes, desde 1867 a 1875.

---

(1) O bacillo da peste nunca foi encontrado na agua, o que está de accordo com a epidemiologia. Para Yersin, tambem a peste não é transmittida pelo ar, comquanto Kitasato não seja, em absoluto, d'essa opinião.

5.° — *Turkestan*, ferido em 1877, 1884 e 1887.
6.° — *Afghanistan*, assignalado pela peste de Candahár, em 1884.
7.° — *Indostão*, fóco desde tempos immemoraveis (1).
8.° — *China*, idem comprehendendo Yunnan o a alta Birmania.

Parecia que o mal estava condemnado a não tornar a sahir dos seus dominios, relativamente pequenos, quando, em 1894, emigrando do seu fóco ile de Yunnan, irrompeu em Cantão, onde em poucas semanas fez 60 mil victimas, passou para Hong-Kong, invadiu Hainan, attingiu Macau (1895), e chegou até á Formosa (1896). Por outro lado, tambem invadio Bombaim (1896) seguindo d'ahi (2) para Marselha e Londres, manifestando-se em 1898 em Vienna d'Austria, por um desastre do laboratorio (3), e, finalmente, em 1899, na cidade do Porto, importado, ao que parece mais certo, d'um fóco existente nas Asturias.

II

Passaremos em claro as recentes reapparições da peste bubonica em Damão e Goa, restringindo-nos a fallar só do districto de Diu.

Após cinco annos de lucta constante para evitar a entrada do mal que trazia avassalada quasi toda a India, foi ella frustrada em 29 de maio do 1901, dando-se o primeiro caso em Brancavará, na pessoa d'um maritimo, pouco antes chegado da área infecciouada de Damão. Então se disse, e ainda hoje geralmente se acredita, que foi essa a *primeira invasão* da peste bubonica em Diu. Não é exacto.

A primeira menção historica, que existe, da peste em Diu, remonta ao seculo XVII, ao anno de 1632, governando a India o Conde de Linhares, D. Miguel de Noronha, e sendo capitão-governador de Diu o

(1) Galvuval e Kumaon, situados no Himalaya, são districtos onde a peste é endemica.

(2) Em Bombaim foi o sr. dr. Accacio Viegas, medico e membro da municipalidade, quem primeiro denunciou a existencia d'uma «febre bubonica» que ahi grassava intensamente, havia mezes e sem a menor intervenção por parte das anctoridades locaes. Parece que o mal veiu de Hong-Kong, por isso que appareceu primeiro nas visinhanças do porto, com quanto a missão allemã lhe attribuisse a origem d'uma importação do Himalaya, visto ter sido precedida a invasão d'uma grande romaria hindú ao santuario de Nasik e ao templo de Walkeshwár em Malabár-Hill.

(3) De que foi victima o dr. Muller, que, com os seus collegas Albrecht e Ghon, formaram a missão austriaca, que viéra á India estudar o flagello.

1.º cavalleiro da Ordem de Christo, que veiu á India, Francisco da Silveira (1).

E' o velho Antonio Bocarro quem nol'a transmitte, na seguinte passagem que se lê na «Descripção da Fortaleza de Dio», inserida no livro das Plantas das Fortalezas da India: «... Tem alêm disto a cidade «de Dio dos muros de povoação pera dentro huma grande porção do «gentios, a mayor parte casta guzerate, e alguns judeus brancos, e «mouros em casas de pedra e cal cubertas de terrados, porém feitas ao «modo de mouros, escuras, e com portas mui pequenas, e as ruas mui «estreitas, que serão oje trez mil fogos, avendo já sido dez mil, porém «as ditas tirannias dos capitães, ouvidores, e mais ministros de Sua «Mgestade apertarão tanto com eles por lhes trazerem sempre mais e «mais, que os forão diminuindo até este numero, onde tambem a fome «e peste do anno do 1632 consumio grão parte desta gento...» (2).

Assim, pois, emquanto na Europa parecia que se voltava aos dias negros do seculo XIV, dando-se as invasões que assolaram primeiro a Suecia, a Dinamarca, os Paizes-Baixos e a Hespanha, e fizeram a final no Reino-Unido a grande e espantosa peste de Londres, a India, Diu em especial, padecia do mesmo flagello, que, por maior infelicidade, viéra de braço dado á fome. Dois e meio seculos depois, tambem a fome e a peste (1900-1901) vieram consumir *grão parte desta gente.*

Decorreram mais 50 annos. Em 1701 reappareceu a peste na cidade e ilha do Diu, parece com extraordinaria violencia. Em carta de 24 de setembro d'esse anno, datada de Goa, para o castellão-governador de Diu, o arcebispo D. Fr. Agostinho da Annunciação e Vasco Luiz Coutinho, que haviam succedido no governo da India ao vice-rei Conde do Villa-Verde, diziam, entre outras cousas, o seguinte (3):

«... Fez V. M. muito bem em invocar auxilio do ceu contra a peste porque isso mt.º vale contra semelhantes ruinas e se o Santo se não alistou logo se alistará porque o que se da tem (4) não se tira...».

Anno e meio depois, em carta muito extensa do vice-rei Caetano de Mello e Castro, para o castellão-governador de Diu, Gil Vaz Lobo

(1) Mandou construir o soberbo baluarte denominado *Cavalleiro* do Castello de Diu, segundo reza uma lapide existente no mesmo baluarte.

(2) *O Chronista de Tissuary*, vol. 3.º pag. 99.

(3) Do liv. do «Registo da Corr. Off. do gov.º geral do Estado», a fl. 11. Foi-nos dado consultar esse MS. por especial favor do illustre governador de Diu, o 1.º ten. da armada, sr. Herculano de Moura, que traz em preparação uma obra de muito valor sobre este districto.

(4) Tambem?

Freire, escripta do Pangim (1), a 17 de abril de 1703, dizia elle o seguinte:

«... O mal do carôço (sic) tambem repetio nas praças do Norte e «so continuar se atemiar (2) tudo gde. mente, mas ßo na Divina Miz.ª «se extinga tão maligno e prejudicial contagio...» (3).

A 20 de junho do mesmo anno, n dito vice-rei, escrevendo para n *Reitor do Colegio de Diu*, Padre Francisco Roiz, lhe dizia: «. . é util «que nas despezas dessa Feitoria e no pagamento dos soldados concorra «V. P. com sua assistencia na forma que tenho determinado para que «se evitem os descaminhos que ha mtos. annos se experimentão assy «nessa fortaleza como nas mais de todo este estado. As Praças que «por nomes supposstos se coutinuarão pagar não é justo continuem mais «que aquellas que de Justiça e piedade se não devão tirar, as quaes «são: a mulher reinola casada com o velho (sic), contando não ter ne- «nhu deles outra cousa de que se alimentem, a de São Luis Rey de «França, a quem se tomou por Padroeiro do contagio que teem experi- «mentado esses moradores e a do clerigo cometido de capellão da Por- «ta de S. Iguacio...» (4)

Finalmente, em carta do mesmo vice-rei para o capitão da fortaleza de Diu, Jorge de Sousa Menezes, datada de Goa, a 26 de outubro de 1705, felicita o *sobrinho* por estar bom da doença de que fôra acommettido, lalla em barcos de Moçambique, que deviam do ter chegado a Diu com carregamento de marfim, e conclue dizendo: «Sinto que nessa «Ilha continuem os castigos dos ceus repetindose os temporaes em que «se experimentou tão grande perda, e a peste do caroço (sic) que tanto «tem diminuido esses moradores, juntandose a esses destroços o mal «de sécca que infallivelmente prejudicará muito a toda a novidade: «queira a Mizericordia divina alumiar a segueira dessa gentilidade ser- «vindolhe de exemplo a emenda dos catolicos para que não procedão «como se fossem gentios...» (5).

Vê-se portanto, que a peste bubonica, chamada a principio simplesmente peste, foi tambem conhecida por mal de carôço, por mal do

(1) É, no cit. livro, a 1.ª carta que se não data de *Goa*, mas de Pangim.

(2) Atemorisará?

(3) Cit. liv., fl. 18.

(4) Actual porta, denominada *do Campo*. Cit. liv. a fl. 19.

(5) Cit. liv., fl. 27. Diz tambem que lhe remetterá soldados naturaes (indigenas?), *visto me representares serem nesse clima de mayor duração*.

contagio, e finalmente por peste de carôço. O carôço, evidentemente, era o bubão. Devia de ser a «pestis simplex bubonica» das modernas classificações scientificas. (1)

Mais se vê, que, em geral, o mal era attribuido ao castigo do céu, á colera divina. Era o mysticismo d'aquelles bons tempos de fé, em que talvez lembrassem, no sentir d'um publicista da actualidade, as palavras da Biblia, severas e tremendas: «Pelos mortos que hão de juncar os caminhos, reconhecereis que eu sou o Senhor». Nem admira. Em pleno seculo XIX, quando as sábias e profícuas medidas mandadas observar pela junta de saude de Goa, para obstar á entrada da peste bubonica, produziam o effeito desejado, «chegou-se a pensar— diz algures o distincto medico, dr. Wolfango da Silva— que o territorio de Goa era naturalmente improprio á importação do mal, e mesmo no *Boletim Official* escrevia se que não tinhamos peste em Goa por graça de Deus»!

Homem de muita fé, era, na verdade, aquelle Lourenço da Cunha Sotto-Maior, castellão — governador da fortaleza de Diu, para quem D. Fr. Agostinho da Annunciação dirigia de Goa palavras de approvação e louvor. Sotto Maior, após os embates de má fortuna que lhe assaltaram em Diu o seu desventurado e curtissimo governo, e que fizeram erguer os seus olhos d'uma alma de verdadeiro portuguez para a humilde Maria do Sacratissimo Rozario, teve a peregrina lembrança de deixar perpetuada em pagina de pedra a memoria d'esse flagello, que, justamente duzentos annos mais tarde, tornaria a vir amargurar o povo de Diu. Sobre o portão interior do Castello de Diu, que fecha pelo sul o recinto do pateo de S. Martinho, do lado do largo chamado «da parada», olhando para sudóeste, existe uma inscripção lapidar, supportada sobre tres cabeças pequeninas de dragão, tendo no cimo uma imagem de Nossa Senhora do Rozario pintada de azul e vermelho, sobre fundo em alto relévo (estilo antigo), e medindo 1m,61 de altura por um metro de largo. Sob a imagem da Virgem, vêm se umas armas particulares (2),

(1) As variedades de peste observadas na nossa India, são: lymphatica ordinaria, hybrida, generalisada attenuada, septicemica (simples e fulminante), gastro-intestinal (primaria e secundaria), bolhosa (dita e dita), o pulmonar ou pneumonica. — Dr. Viriato Pinto, *Relatorio sobre a peste bubonica em Damão* (1899) pg. 25

(2) Que não são as dos Soutomaiores, as quaes se compõem de trez faixas enchequetadas de vermelho e prata de duas tiras; têem antes alguma semelhança com as dos Queirozes, que são esquarteladas, tendo o 1.º e 4.º quartos seis crescentes de vermelho, e o 2.º e o 3.º quartos leão de vermelho. Vid. Conde de Sabugosa, *O Paço de Cintra*, pgs. 191 e 192, os. 48 e 60.

e em seguida a inscripção em latim. Eis uma reproducção da lapide :

Fig. 5

O teor da inscripção é o seguinte:

Maria Sacratissimi Rosarii
Mancepa et serva tuus hic (—)
Mille Laurentius de Cunha So (—)
Tto Maior hujus fortalitie gr (—)
Decurator hunc lapidem humilit (—)
Et tibi dedicans petit ut per in (—)
Tercessionem sancti Ludovici p (—)
Rettoctoris nostri illum sub pa (—)
Lio protectione tua tegere et
Conservare dineris necnon et in (—)
Tam civitatem cum insula a quo
Vexatur morbo pestilentiae li (—)
Erexe fabricas quas in hoc anno
Erexi reparationesque quas fe (—)
Ut tibi consecratas maxima cum
Laetitia relinquo erubescens
Tantum maiora pro tui amore
Et mei regis tributo patrare
Non potuisem discedens ergo et ob
Privagam (sic) infirmitatem coactus
Ab gubernio hoc ante trienium jam
De successore precisa desistere ex (—)
Posco ut me adportem felicitar
Dueto nunquam de tua protectione
Desistas. Die prima januarii 1702.

O qual teor, traduzimo-lo assim:

«Maria do Sacratissimo Rosario: Eu, Lourenço da Cunha Sotto «Maior, governador d'esta fortaleza, e teu humilde servo e vassallo, «dedicando-te humildemente esta lapide, peço te digues, pela interces«são de S. Luiz, nosso protector, e sob o manto da tua protecção, «cobrir e conservar esta cidade com sua ilha, que livraste da peste que «a opprimia. Dedico-te com a maxima alegria as fabricas que este anno «erigi e te fiz consagrar; envergonho-me, porém, não pudesse fazer «mais em tua honra e em tributo do meu Rei. Retirando-me, obrigado «por longa enfermidade, desisto, antes de findar o triennio, d'este go«verno, provido de successor, e te peço, me faças chegar são e salvo ao «porto, e nunca me faltes com a tua protecção. Diu 1.º de janeiro de «1702.»

Diu, maio de 904.

JERONYMO QUADROS

VASCO DA GAMA NA INDIA PELA PRIMEIRA VEZ

Qual o exacto dia e local em que desembarcou no anno de 1498?

I

O descobrimento do caminho maritimo da India foi um facto que assignalou toda uma epoca, dando á historia universal uma pagina brilhante. Unindo o Oriente e o Occidente em estreitos élos de confraternisação material e espiritual, levantou o povo portuguez nos escudos da fama e collocou n'um pedestal de imperecivel gloria todos esses grandiosos vultos que, fazendo do amor da patria os sublimes numes do seu culto, em frageis bateis com que hoje qualquer mareante mal ousaria atravessar o canal da Mancha, vieram sobre o dorso das ondas, embalados pela brisa dos mares, descortinar os mysterios em que andava envolto este Oriente, — imperio do famigerado principe christão Preste Joham, cujas noticias já a Europa tinha incertas e indefinidas pelas narrativas de Marco Polo, embora a lenda o personalisasse no obscuro Negus (1).

Bartholomeu Dias, o audacioso navegador que foi o primeiro a dobrar o Cabo das Tormentas, desde então da Boa Esperança, Antonio de Lisboa e Pero

(1) Oliveira Martins — *Historia de Portugal*, tomo I, pg. 208.

Montaroyo a quem el-rei enviara em demanda do principe encantado, mas que regressaram a Lisboa, a meio caminho, por não saberem a lingua arabica, Affonso de Payva e Pero da Covilhan, que partiram d'aquella cidade com cartas de credito sobre o principe banqueiro Cosme de Medicis e que, chegando a Aden, se separaram, indo o primeiro para Suakin (Suaquem) na costa da Abyssinia e o segundo para a India, tendo até estado em Cananor, Kalikodu (Calecut) e Goa, — todos estes heroes de rasgada iniciativa e singular coragem formam com Vasco da Gama, uma pleiade de homens extraordinarios que exerceram uma importante missão no progresso da humanidade.

Verdade seja que mais d'um historiador attribúe a Covilhan a honra de ter marcado o itinerario da navegação da India, affirmando que pelo sul da Africa se chegaria ao Oriente. Nas cartas que enviou do Cairo, onde esteve por algum tempo, dizia esse destemido viajante que os barcos que navegassem ao longo da costa da Guiné, chegariam, proseguindo, ao extremo sul do continente africano, e que, aproando ahi para léste, em direcção da ilha da Lua, por Sofala, se encontrariam no caminho da India (1).

Mas a Vasco da Gama cabe, de certo, a gloria de ter levado a effeito essa admiravel empresa e é porisso que, atravez dos seculos, a sua genial figura projecta na historia dos povos uma luz radiante, que nem mesmo os odios ethnicos ou as rivalidades internacionaes têm logrado apagar ou ainda attenuar, muito embora o ousado marinheiro houvesse em vida arrostado, de par com a furia dos elementos, a guerra dos invejosos e a ingratidão do soberano, — todo um rozario de profundos desgostos, de amargos desalentos.

(1) Cit. Oliveira Martins.

Parece incrivel que um homem que deu o Oriente todo a seu rei, houvesse chegado, no inverno da sua vida, já quando devia fruir o merecido repouso e a justa recompensa dos seus arriscadissimos trabalhos, ao extremo de supplicar ao mesmo rei licença para sair do reino, a fim de respirar um ambiente desopprimido das podridões das invejas e odios pessoaes.

E, comtudo, esse tem sido o galardão com que muitos dos nossos soberanos premiaram os homens que lhes illustraram o reinado.

Não entremos, porém, na analyse dos vicios que deturpavam essa epoca, nem dos resultados, que são demais notorios, do brilhante successo com que o grande almirante acrescentou lustre ao seu rei e á sua nação.

Visa unicamente este artigo a pôr em duvida certas affirmações em dois pontos, que até hoje têm passado por verdade historica á sombra do reputado nome de autores consagrados.

A historia não é uma fabula. Convém depural-a dos laivos anecdoticos e exhibil-a em toda a sua verdadeira luz. Quantas vezes o facto que tivemos por veridico, passa a ser inacceitavel, quando o submettemos ao criterio philosophico, que nos deve guiar no dédalo de investigações historicas? Quantas vezes estas, bem encaminhadas e orientadas, fazem interessantes revelações, determinando uma data, reconstituindo ou alterando a verdade d'um facto, demolindo até uma lenda, uma tradição que os seculos háviam porventura cristallisado no espirito popular?

Succede isto no assumpto do presente artigo: *a data e o local em que Vasco da Gama desembarcou na sua primeira viagem á India, em 1498.*

II

No *Roteiro da viagem de Vasco da Gama em* MCCCCXCVII (1) lê-se o seguinte:

«E ao domingo fomos juntos com humas montanhas, as quaes estam sobre a cidade de Calecut, e chegamonos tanto a ellas até que o pilloto que levavamos as conheceo e nos dise que aquella era a terra, honde nos desejavamos d'ir. E em este dia á tarde fomos pousar abaixo desta cidade de Calecut duas leguas, e isto porque ao pilloto pareceo por huma villa que alii estava, a que chamam Capua, que era Calecut, e abaixo desta villa está outra que se chama Pandarramy, e pousamos ao longuo da costa obra de huma legoa e mêa da terra».

Ora a esse domingo corresponde a data *20 de maio*, sabendo-se que a expedição chegou a Moçambique a 22 de abril (2), e n'essa conformidade celebrou Portugal, em maio de 1898, os festejos do quadricentenario do grandioso acontecimento.

Mas, será exacta essa data?

E' o que vamos estudar, soccorrendo-nos a um folheto contendo uma substanciosa prelecção do erudito jesuita padre Maffei, realisada em Calecut a 25 de maio de 1898 (3).

Cumpre accentuar que não só o *Roteiro*, mas ainda muitos outros escriptores determinam em maio a chegada da expedição á India; uns dão a data *20*, outros *28*, entrando n'este numero Sinclair na sua «*Historia da India*», Hunter no «*Imperial Gazetteer*», vol. VI, Chambers na «*Encyclopedia*», e os

(1) 2.ª ed. publ. em 1861 por A. Herculano e o Barão do Castello de Paiva.

(2) A correspondencia dos dias de semana ás datas do mez está errada no *Roteiro*.

(3) Devo o conhecimento e a leitura d'este folheto ao sr. F. X. Lobo, de Mormugão, pelo que lhe consigno aqui os meus rendidos agradecimentos.

autores da «*Encyclopedia britannica*», artigo *Vasco da Gama.*

Só Danvers no seu importante livro «*The Portuguese in India*», Stanley nas suas «*Tres viagens de Vasco da Gama*», Logan no *Manual de Malabar*, e o *Bombay Gazetteer*, artigo *Canara*, seguem a Gaspar Corrêa e fixam o mez de agosto como aquelle em que Vasco da Gama avistou Calecut pela primeira vez. Mas entre ambas essas variantes de opinião, o espirito vacillaria, se não houvesse uma autoridade de incontestavel credito a abonar a segunda. Referimo-nos a uma obra historica de altissimo valor, intitulada «*A historia dos portuguezes na India*», escripta em olas (1) na lingua malabar, e cujo original

(1) *Olas* são as folhas de differentes especies de palmeira. No caso, de *tadmadd* (*borassus flabelliformis*), em que antigamente se escrevia no sul da India. Refere-se a ellas Duarte Barbosa (1516), o qual escreve que o rei de Calecut, tinha no seu palacio muitos escreventes, que estavam n'um quarto separado e distante dos aposentos reaes; sentavam-se nos bancos e registavam todos os negocios e occorrencias do dia relativamente ás rendas do rei, ás esmolas que dava, ás despezas que fazia, ás queixas que se lhe lavavam e bem assim ás contas dos cobradores dos impostos. Tudo isso escrevia-se em largas e fortes folhas de palmeira, sem tinta, com estyletes de ferro; as suas letras seguiam a mesma disposição como as nossas e a direcção da escripta era a mesma como entre nós. Cada um d'aquelles escreventes tinha grandes maços d'essas folhas escriptas, e os levavam ao sovaco a toda a parte aonde iam, com o estylete na mão. Entre elles havia 7 ou 8 que eram os confidentes do rei, que ficavam sempre ao pé d'elle, com o seu estylete e um maço de papeis ao sovaco, e cada um d'elles lavava comsigo muitas d'essas folhas em branco, mas assignadas no alto pelo rei; e quando se lhes ordenava qualquer serviço, escreviam immediatamente n'aquellas folhas.

João de Barros tambem menciona as olas da India, dizendo que «todos os gentios da India... quando querem perpetuar qualquer cousa por meio de escripta, o fazem n'umas folhas de palmeira, que elles chamam *olas*, da largura de 2 dedos (Dec. I, IX, 3.)». E Gaspar Corrêa refere-se a ellas nas *Lendas*, vol. I, pg. 212-213. Buchanan, nas suas interessantes «*Christian Researches*» diz: «Muitas pessoas tinham suas *olas* na mão e o'ellas escreviam o sermão em tamil, tachygraphicamente».

Para mais particularidades, veja-se *Hobson-Jobson*, verb. *Ollah*.

Em Goa, escreviam-se antigamente nas olas os *nemos* ou assentos das communidades (*Archivo Portuguez-Oriental*, fasc. 5.°, doc. n.° 428 no fim). Parece tambem que so escreviam n'ellas contratos e outros negocios de importancia, pois o vice-rei Mathias de Albuquerque prohibiu formalmente essa pratica por sua provisão de 31 de julho de

se encontra em poder do rajá Venkatikota, que des-

1593, cuja parte substancial damos em seguida por ser devéras curiosa:

«Faço saber aos que este meu alvará virem que avendo ou respeito ao que o Pay dos christãos me enviou dizer por sua petição sobre as demandas que avia nesta terra perante os ouvidores o juizes desta cidade antre os christãos novamente convertidos, que erão quasi infinitas, e se acabavão muito de vagar, e que a causa era porque usavam trazer aos auditorios olas antigas de vendas, compras e contratos, que punhão ao fumo, fazendoas de novas velhas, e usando doutros modos para que o parecessem, e quando as causas estavão in fioal, acudião com as ditas olas, sobre que as partes allegavam de seu direito, pelo que de novo se começavam as ditas demandas a tempo que se avião de acabar, pedio de-me mandasse passar provisão pera que fossem notificadas todas as pesseas que tivessem olas antigas pertencentes a contratos, demarcações ou otros negocios de importancia, viessem a juizo e dentro em certo tempo as fizessem registar, o escrever nos livros do tombo, sob pena de não serem valiosas, o que mandasse que daqui por diante nenhum contrato de importancia se fizesse em olas, se não em papel, sô a mesma pena, e visto por mim sou diser e pedir, com os Desembargadores da Rolação, e seu parecer n'este caso, hey por bem e mando que daqui por diante todas as escripturas de venda e compra, e quaesquer outros contratos feitos antre os ditos christãos da terra o gentios, ou quaesquer ontros infieis, se fação e escrevão em papel, e não em olas, como athé agora se fizerão, sô pena de não terem força nem vigor em juizo nem fóra d'elle, e se lhe não dar credito algum, e serem avidos por surreticios e falsos, e pera que venha á noticia de todos mando que se apregoe este pelos lugares publicos d'esta cidade, e terras de sua jurisdicção, o em todas as mais cidades deste estado, e da publicação se passará certidão nas costas, e mando sô a dita pona que todas as pessoas que tiverem olas antigas ou modernas tocantes a negocios de importancia, apresontem as ditas olas perante o Ouvidor geral do civel para se tresladarem e registarem e escrevorem nos livros do tombo, ou no livro que para isso ordenar o dito Ouvidor geral, que será numerado e assinado por elle, e estará em poder do official ou pessoa que elle para isso nomear, e para o treslado das ditas olas serão as partes a que tocarem citadas e requeridas, o o dito ouvidor limitará o tempo que lhe parecer conveniente para as partes poderem registar as ditas olas, e os ouvidores das outras cidades deste estado farão cumprir e guardar este na forma acima declarada como se para ellos fora dirigido e passado.» (Cit. fasc. do Arch. Port.-Or., doc. n.º 997).

Rivara copiou essa provisão do «livro do Pai dos christãos», mas igual determinação, sob o titulo de *alvará* e o acrescentamento final do respectivo registo na chancellaria, encontrei-a n'um livro do archivo da repartição superior de fazenda que não tem a primeira pagina, mas que traz a seguinte etiqueta: livro do registo de ordens regias attinen-

cende da familia do Samorim ou Samudri (1).

N'essa obra, escripta com a simplicidade e singeleza das chronicas locaes, lê-se o que em seguida traduzimos:

«A historia dos Firingis (2) que chegaram á costa de Malabar no anno de Talilha (isto é, Hegira) 904, ou a 6 de Rarkadom do anno 672, (éra malabarense). Tres navios Firingis vieram a Pandaram Rolam. Era inverno e, porisso, ancoraram aqui e desembarcaram. Foram a Rorikote, onde souberam todas as noticias relativas ao Malabar. D'esta vez não negociaram, mas regressaram a Portugal. Dois annos depois tornaram a vir de Portugal com seis navios e vieram a Rorikote».

Ora o autor evidentemente se refere á primeira chegada de Vasco da Gama, que se effectuou *no in-*

---

les aos novos convertidos. A orthographia d'este differe muito da da referida copia.

As olas de coqueiro têm no paiz um interessante uso local, servem, com poupança de papel, penna e tinta, para apontar no colhimento dos cócos os *selins*, isto é, vestigios de côcos cahidos ou arrancados, pelos quaes é responsavel o teriu ou vigia do palmar Eis o processo: «O proprietario e o terlo tem cada um uma tira de folha de coqueiro (*chutti*), e á medida que o julgador vae dizendo em voz alta as faltas que vae encontrando, cada um d'elles doura o *chutti* de modo a formar os algarismos romanos I, V, X, conforme fôr o numero accusado. e fica tão bem escripto na folha, que a todo o tempo se pode lêr e contar» — B. F. da Costa, *Manual pratico do agricultor indiano*, vol. I, pg. 189.

(1) Os nossos chronistas escrevem esta palavra de diversos modos: Zamorim, Çamorim ou Samorim. E' o titulo de que por muito tempo usaram os reis hindús de Calecut e região visinha. Vem a palavra da lingua mata-yalam (grupo dravida) e significa *rei do mar*, ou *Deus na terra*, segundo Varthema que a confundiu com o termo *tamburan* (senhor).

(2) Designação dada pelos indigenas do Decean aos europeus em geral, mas os inglezes querem restringil-a apenas aos portuguezes. Occorre em differentes livros e chronicas dos viajantes que passaram pela India. O bispo Heber oreociona-a da seguinte forma: «Os europeos são aqui muito pouco conhecidos e ouvi crianças constantemente chamarem-nos em alta voz, ao passarmos pelas povoações: *Feringhee ue Feringhee!*»

Vem da palavra persa *Farangi*; é de uso antiquissimo na Asia para designar o europeu, mas hoje se emprega sómente para designar o descendente de portuguez ou o portuguez nascido na India.

Nas *Voyages des Indes* de Tavernier tambem se encontra identica menção: «Mais en ce repas-là tout fut bien accommodé, et il y a apparence qu'un cuisinier *Frangui* s'en estoit mêlé».

verno; e como no mez de maio não se declara a monção, esse successo não podia ter-se realisado a 20 de maio, como diz o *Roteiro* e os escriptores que mais ou menos o seguem, mas sim no mez de *Rarkadom*, que corresponde a julho-agosto, ás vezes só agosto.

Se tanto não bastasse para se pôr de parte a data *20 de maio*, restava-nos ainda mais uma autoridade, de igual ou superior valia, a confirmar o asserto do chronista malabarense. E' um antigo manuscripto cujo original se encontra hoje em poder do actual Samorim, e que contém uma especie de diario dos acontecimentos occorridos entre os annos 1497-1498.

Lê-se n'elle o seguinte:

«*1497*, — *manani*: *Gama Bilam nagratilnin nupurapattu*, o que quer dizer = o Gama sahiu da cidade de Bilam (Belém?) em março de 1497; *1498*, — *Cingam*, *26 tiadi*. *Malayalate Eli malaye adyam Kandu* = o (Gama) viu pela primeira vez o Monte Eli (1) a 26 de agosto de 1498».

---

(1) E' uma montanha na costa do Malabar, que do lado do mar apresenta uma bella vista e cuja menção se encontra em quasi todos os livros antigos sobre a India. Em malayalato é *Eli mala* = alta montanha =, ou segundo muitos, *sete oiteiros*, significação que se lhe attribuiu em consequencia do colleccionador de lendas sanskritas ou *Mahatmya* haver designado esse monte pela palavra *Sapta-saila*, confundindo *Eli* com *elu*, sete.

Não se sabe ao certo a situação da cidade e porto de Eli ou Hili tal qual é mencionado pelos viajantes antigos. Marco Polo que esteve na India em 1298 refere o seguinte:

«Eli é um reino na direcção d'oeste, e dista cerca de 300 milhas de Comari. Não ha porto propriamente dito n'essa terra, mas existem muitos rios com bons estuarios, largos e profundos. (Livro III, cap. 24)».

Abulfeda, no seu importante livro *Güdemeister*, p. 185, tambem se refere pela seguinte forma ao monte d'Eli:

«A tres dias do caminho d'esta cidade (Manjarur, isto é, Mangalore) existe um grande oiteiro que projecta ao mar e que os viajantes divisam de longe; chama-se este promontorio *Hili*».

E a Ibn Batuta, o eminente historiador mahometano, que deixou um bello livro sobre as viagens que realisou na India, não lhe esquece tambem mencionar esse promontorio. Lê-se no seu livro:

«Ao fim d'esse tempo, partimos para *Hili*, onde chegamos dois dias de-

Esses documentos indigenas têm, a nosso juizo, tanto ou maior valor que o *Roteiro* e as narrativas dos chronistas, pois foram escriptos ao tempo e no proprio local em que tiveram logar os successos referidos; além de que a informação concorda com o que diz Gaspar Corrêa. Se o Gama avistou o Monte d'Eli a 26 de agosto, e a expedição teve ventos de feição, podia ter chegado no mesmo dia, mas parece provavel que fosse um ou dois dias depois.

Em todo o caso, parece que a expedição não chegou a Calecut em *20 de maio*, mas sim *a 26* ou *27 de agosto*.

III

Agora, o outro ponto: qual o verdadeiro logar da India, onde Vasco da Gama desembarcou?

Segundo um antigo documento, foi em Kollam, que tambem se chama Pantalayini ou Pantalaymi Kollam, Pandarani etc, que se realisou esse desembarque.

Refere aquelle documento que os navios deitaram ferro em Kappat e que d'ahi foram conduzidos ao norte, isto é, até Pandarani.

Gaspar Corrêa diz apenas que os navios ancoraram em Kappat, mas não nega que depois tivessem sido levados a Pantalayni. Combinando ambas as variantes, chegamos á conclusão desejada, como se vae vêr.

Em Pantalayini existe um logar que torna possivel o desembarque durante o inverno, visto haver

---

pois. E' uma cidade larga e bem construida sobre uma extensa bahia, onde entram grandes navios».

Identica referencia fal-a tambem o viajante italiano Nicolau Conti na sua obra. «A India no seculo XV, p 6. — Veja-se o cit. *Hobson-Jobson*, verb *Mount Dely*.

ahi uma pequena enseada ao sul do promontorio, sendo certo que ainda hoje tocam lá navios procedentes da costa arabe e do golfo Persico, se até então continuar a monção. Ora, a 26 ou 27 de agosto havia n'esse tempo monção, podendo d'ahi concluir-se que Vasco da Gama teria desembarcado n'este sitio. Kappat, por outro nome tambem Kappat-Angaddi, dista oito milhas do norte de Calecut e é um porto. Verdade seja que Gaspar Corrêa diz que esse porto era o principio da *cidade* de Calecut, quando na realidade era o principio do *estado* de Calecut. Mas, n'este caso, como podia Vasco da Gama desembarçar tão longe de Calecut, desde que affirma o *Roteiro* ter elle ido logo directamente do seu navio ao palacio do Samorim?

A tão natural pergunta se pode responder da seguinte forma.

Em primeiro logar, não consta que o Samorim tivesse residido em Calecut.

Ainda hoje, o principal ramo da familia d'aquelle principe vive em Kottakal, distante 9 milhas de Tiroor, e outro ramo em Tiruvannoor, a 3 milhas de Calecut.

Os proprios chronistas affirmam que os emissarios do Gama tinham de percorrer alguma distancia para chegarem ao palacio do Samorim, o qual vivia ao tempo em Quilon. Ora esta Quilon não pode ser a Quilon de Travancore; em malayalam chama-se *Kollam*. Existem, como ninguem ignora, 2 Kollams: a do norte que é a Quilon de Travancore e a do sul que tambem se chama Pantalayani-Kollam, onde, como já vimos, primeiro desembarcou o inclyto almirante portuguez, e que não dista muito de Quilandi.

Do que deixamos discutido, podemos com segurança concluir que o desembarque se effectuou em

Pantalayni, e não na costa da moderna Calecut.

Pode ser que ainda haja erro, ou inexactidão. Submettemos, pois, o assumpto ao estudo dos que consagram o seu tempo e paciencia a lucubrações d'este genero.

J. B. Amancio Gracias.

ARCHEOLOGIA NA INDIA

Raros d'entre nós terão visto, estudado e admirado ou farão ao menos uma idea nitida e precisa dos monumentos archeologicos que opulentam esta velha e lendaria India — verdadeiros primores d'arte constituindo outros tantos padrões ao sublime genio d'uma raça de heroes, artistas e guerreiros que tanto abrilhantaram, ora com a espada ora com o escopro, toda uma epoca nos assignalados fastos da historia do Oriente.

De longe, das remotas plagas da Europa e da America, vem annualmente romeiros a prostar o seu culto de reverente admiração a esses thesouros d'arte, que quasi desconhecemos e desprezamos, nós, os filhos d'esta India que primeiro os deviamos conhecer e apreciar.

Ora d'entre essas reliquias, muitas havia n'um abandono deploravel, prêsas da ruina e decadencia das quaes coube ao illustre estadista lord Curzon que tão nobre e sabiamente preside aos destinos da India Ingleza, não só remil-as, mas restituil-as ao seu pristino estado, como se vê do discurso por elle proferido na sessão do Conselho Legislativo realisada em Calcuttá, a 18 do março ultimo, cujo texto vae em seguida traduzido:

«N'uma sessão que abrange tantos assumptos de polemica, penso que para todos nós será agradavel converter em lei um projecto que por todas as classes ha sido acolhido sem uma unica nota discordante — projecto ao qual ninguem propôz uma emenda e que vae agora, segundo uma phrase classica, *nemine contradicente*, tomar o seu logar no nosso archivo de leis.

«O preceito a que esse projecto obedece é o salutar e, ao que julgo, irrefragavel principio de que uma nação é interessada nas suas antiguidades — interesse que tem fundamentos tanto de ordem historica como sentimental e de conveniencia, sendo justo e corrente que a esse principio o Estado imprima a sancção legislativa.

«Na linguagem algo fria do preambulo, o fito d'esta medida, exposto com mais detalhe, é o de providenciar com respeito á conservação de antigos monumentos, á fiscalisação das excavações e do trafico das antiguidades e á protecção e acquisição de velhos monumentos e de objectos de interesse archeologico, historico ou artistico.

«Para a realização d'esses fins, temo-nos esforçado quanto possivel por attrahir a co-operação particular, exercendo o minimo de interferencia nos direitos de propriedade, garantindo preço razoavel na eventualidade de expropriação forçada e acatando escrupulosamente sentimentos religiosos e tradições de familia.

«A lei terá de ser applicada com cordura e circunspecção, mas conto que despertará a consciencia de todas as classes com respeito ao dever que nos impende para com o passado, de modo a poupar-nos attritos ou trabalhos. Por minha parte confio que os particulares hão de coadjuvar, de bom grado, o governo na realização d'um objectivo que ámbos interessa igualmente, porquanto o possuidor individual é tão interessado na conservação do objecto archeologico em prol da sua posse privativa, quanto o governo o é em prol da nação inteira.

«O projecto tem, porém, maior alcance do que as suas disposições indicam, sendo, de feito, o complemento da politica seguida pelo governo da India com respeito á archeologia e aos despojos do passado, intermittentemente durante o ultimo meio seculo, mas com continuo e ininterrupto ardôr durante os ultimos annos.

«Mais d'uma vez estive eu na India como simples *touriste* antes de ser vice-rei, tendo n'essas occasiões observado, com pena e dôr, o estado das suas antiguidades.

«Saido então de fresco da universidade, recordo-me de ter reflectido quanto callhavam á India e aos meus conterraneos n'ella, as palavras de censura que o poeta romano Horacio dirigira, n'esses dias do novel Imperio, aos seus patricios que elle reputava decadentes e eivados de indifferentismo. Com risco de sair da moda citando uma lingua que se diz agora proscripta da vida publica, vou repetir a apostrophe:

Delicta majorum immeritus lues Romane Donec templa refeceris aedesque labentes deorum et foeda nigro simulacra fumo.

«Na India, não ora tanto questão do readquirir as boas graças dos deuses — visto a nossa theologia não ser analoga á dos romanos — quanto a de expiar a incuria passada e evitar a censura da posteridade. Mas a obrigação impunha-se com a mesma força e urgencia, e talvez este Conselho goste de saber alguma coisa do modo porque interpretamos as suas restantes imposições.

«Quando ha cinco annos principiei a estudar o assumpto com minucia, pareceu-me que o governo da India commettera tres erros. Primeiramente, olvidára a obrigação relegando-a inteiramente aos governos locaes e deixando ao arbitrio destes despender muito, pouco ou nada, e contentando-se em sustentar um insufficiente pessoal de fiscalisação.

«Em segundo logar, não estabelecera orientação alguma a que devessem obedecer os governos locaes, não havendo assim nem coordenação nem methodo nem direcção, de maneira que, em uma dada provincia, um chefe enthusiasta cumpria o seu dever para com os thesouros archeologicos confiados temporariamente ao seu cuidado, ao passo que n'uma outra, nem idea havia que a archeologia fosse uma sciencia, ou a existir tal idea, se pensava que o governo nada tinha que ver com ella.

«O terceiro erro era que a conservação ou o dever do cuidar das notaveis reliquias que ainda possuiamos, tinha de ser sacrificado á preoccupação de descubrir as que já não existiam, ou de escrever sobre peças de arte a cairem em ràpida decadencia.

«O nosso primeiro cuidado foi, pois, restabelecer o cargo de director geral, vago desde 1889, e descobrir pessoa idonea para o occupar. O segundo consistiu em dar exemplo aos governos locaes; o que fizemos, concedendo-lhes subsidios no valor total de cem mil rupias ao anno para reforço das verbas dos seus thesouros proprios. E o terceiro foi estimular-os e os estados nativos, a se empenharem em novos esforços, formulando um programma definido da conservação e reparações.

«Até aos fins de 1900, já as nossas propostas haviam sido submettidas ao ministerio da India. Um anno depois recebia-se a resposta e um director geral, mr. Marshall, que desde a sua chegada se tem dedicado á tarefa com erudita energia e enthusiasmo, estava de caminho para a India e nós nos viamos habilitados, em fevereiro de 1902, a publicar uma portaria na «Gazeta do Governo da India» definindo a nossa politica e gizando um programma dos trabalhos a executar, bem como a legislação que hoje vamos completar.

«Volveram dois annos depois d'essa data, achando-se já o novo regimen firmemente estabelecido e justificado pelos seus frutos.

«Talvez o melhor meio de demonstrar a este Conselho o caminho andado será o de lhe apresentar algarismos concretos d'então e d'agora.

«No anno de 1898-99, os gastos totaes feitos pelo governo da India em prol da archeologia eram inferiores a tres mil libras esterlinas, sendo esta verba exclusivamente consagrada ao pagamento de salarios, ao passo que a despeza total de todos os governos locaes sommada era apenas, no mesmo anno, cerca de quatro mil libras, quer dizer, uma verba de sete mil libras por anno representava a contribuição total d'um governo de trezentos milhões de povo para o estudo e conservação da mais bella e inestimavel collecção de antigos monumentos do mundo oriental.

«O governo da India gasta agora para identico fim, duzentas cincoenta mil rupias ao anno e os governos locaes, trezentas mil rupias por anno, ou seja um total de cerca de trinta e sete mil libras ao anno.

«Não paulatinamente, mas a largas passadas, andamos reparando os erros do passado e lavando d'esta grande mancha a nossa reputação nacional.

«A poucos é dado saber, salvo por meio de livros e illustrações, o que sejam os thesouros archeologicos da India. Conheço funccionarios civis que têem gasto a vida inteira n'este paiz sem terem visto Agra, e outros que vão em peregrinação visital-a depois de completados os seus trinta e cinco annos de carreira funccional.

«A *tournée* do governador geral cria-lhe uma situação especial e seria eu indigno da missão que assumi na primeira reunião da sociedade asiatica a que assisti, ha cinco annos, em Calcuttá, se não tivesse aproveitado essa opportunidade para visitar todos os grandes despojos que, isoladamente ou em grupos, constellam este paiz d'um extremo a outro. Na qualidade de peregrino ao sanctuario da Belleza os visitei, mas como um padre no templo do Dever teiho-me incumbido reverentemente da sua custodia e da sua cuidadosa reparação.

«Pode-se dizer que os nossos trabalhos se dividiram em quatro differentes categorias: 1.° existiam sete edificios que reclamavam um es-

forço continuo para a sua restauração, ou conservação, attendendo com o maior escrupulo ao plano dos seus architectos primordiaes, de modo a nada restaurar que anteriormente não existisse, nada edificar de novo, visto ser um principio fundamental que restaurar uma obra não é reproduzil-a inteira na forma primeva, mas reedificar a parte prejudicada restituindo-lhe a symetria da velha obra.

«D'essa natureza tem sido o nosso trabalho em todos os grandes centros d'aquillo que vulgarmente é conhecido como estylo hindú-sarracenico. Temos possivelmente rehavido e renovado as moradas em vida e as jazidas na morte d'esses obreiros mestres — os imperadores e reis mussulmanos.

«O mesmo Taj e as suas circumjacencias estão agora prestes a sair das mãos dos operarios. Para o visitar, já não é preciso passar por poeirentos desertos e esqualido bazar; um bello parque os substitue agora e o grupo das mesquitas e tumulos, as estradas com a sua arcaria e os pateos relvosos que antecedem o principal edificio, são mais uma vez, quanto possivel, o que eram quando completados pelos pedreiros de Shah Jehan. Cada um dos edificios situados dentro do jardim que cinge o Taj, foi escrupulosamente reparado e a descoberta da antiga planta habilitou-nos a restituir ao seu antigo estado os veios de Agra e os canteiros do jardim de Zedan, com a maior exactidão.

«Fizemos o mesmo com respeito aos restantes edificios de Agra: o primoroso mausoleu de Itamad-ud-Dowla, a joia de telhado esmaltado — Chini-ka-Roza, o grupo dos palacios moguls dentro da fortaleza, a nobre cidade de Akbar em Fatehpur-Sikri, o nobre tumulo do mesmo em Sikandra — todos esses emergiram da decadencia e, em alguns casos, da desolação, á sua pristina perfeição de forma e detalhe.

«Velhos jardins foram restaurados, velhos régos de agoa desentulhados, velhas balaustradas renovadas, as cinzeluras em baixo relêvo reparadas, e os embutidos de agatha, jaspar e cornelia remarchetados. Os artistas de Agra entregaram-se á esta tarefa com um zelo e gôsto igual ao dos seus antecessores do trezentos annos atraz. Tive ahi a collaboração do dois generosos e cultos tenentes-governadores, Sir Antony Macdonnell e sir James La Touche.

«Desde a minha chegada á India, despendemos só nas reparações feitas em Agra a quantia de quarenta a cincoenta mil libras esterlinas. Cada uma'as dessas rupias foi uma offerta respeitosa ao passado e uma dadiva de belleza rediviva ao futuro, e não creio que haja contribuinte n'este paiz que lamente um unico anná d'essa despeza.

«Serão precisos uns tres ou quatro annos mais para completar a obra, e então Agra será restituida ao mundo como uma perola de grande valôr.

«Em Delhi e Lahore temos tentado ou estamos tentando o mesmo. O imperador Jehangir já não repousa em Shahdera n'um tumulo descurado. O avô delle, Humayuro, é novamente homado. As auctoridades militares concordaram em evacuar os principaes edificios moguls situados na praça e nos jardins de Delhi e as salas dos imperadores hão de brevemente retomar o seu antigo aspecto.

«Podia levar-vos a Rajputana e apresentar-vos o dique reconstruido ao longo do lago Ana Sagar. Sobrevivia ahi apenas um deserto digno de pedra: os seus pavilhões de marmore haviam desmoronado ou tinham sido transformados em casas de morada. Eil-os novamente de pé na sua incomparavel singeleza a reflectirem-se nas aguas em baixo.

Podia trazer-vos cá mais perto a Gaur e Pandua n'esta provincia de Bengala, na restauração das quaes recebi a mais enthusiastica cooperação do malogrado sir John Woodburn.

«Cento e vinte annos atraz os admiraveis jazigos dos reis afgãos em Gaur escaparam por um triz de serem espoliados para se prover de lagens a egreja de S. João de Calcuttá; e ha mis poucos annos, lá elles jaziam opprimidos n'um mattagal do qual foi preciso libertal-os litteralmente.

«Se o publico que vive proximo a Malda, soubesse precisamente o que aqui se havia feito, seria esta localidade objecto de frequentes visitas.

«Por igual forma foram tambem restaurados os templos hindus de Bhubaneshvar, proximo a Cuttack, e o palacio e templos na praça de Rhotasgarh.

«N'outro extremo da India podia levar-vos ás estupendas ruinas da grande capital hindu de Vijayanagar, um dos mais espantosos monumentos á grandeza perecida; ou a Bijapur onde uma dynastia mahometana, igualmente extincta, deixou padrões não menos perduraveis.

«A ter hoje mais vagar, pedir-vos-ia para aceitar a minha ciceronagem n'uma excursão para os delicados rendilhados marmoreos dos templos jains em Mount Abu, ou para os alterosos contornos das mesquitas de Jaunpur, uns e outros em via de serem remidos do desleixo que já resultára no esboroamento d'uma parte dos mesmos; ou podia ainda levar-vos, atravez da bahia de Bengala, a Birmania e apresentar-vos a fortaleza do rei Mindon e o palacio de Mandalay com as suas salas e pavilhões de madeira, que estamos cuidadosamente conservando como um specimen da architectura ceremonial e domestica dos soberanos birmanezes.

«A nossa segunda missão tem sido o arrancar edificios a usos profanos e sacrilegos e restituil-os á fé dos seus fundadores ou, ao menos, á guarda segura como monumentos protegidos.

«A mesquitasinha primorosa de Sidi Sayed em Ahmedabad, com as suas afamadas janellas de pedra perfurada, que, quando da minha primeira visita para ahi, encontrei convertida em repartição do Tehsildar, está novamente livre e intacta. A mesquita Moti, no palacio de Lahore, em que a custo pude entrar, visto estar ahi guardado, debaixo do pavimento, o thesouro publico cercado d'um muro de pedra, com portaria de ferro e vigiado por sentinellas, está novamente livre. O choti Khwabgah na praça cessou de ser uma egreja e Dewan-i-Am um quartel. A mesquita Dai Anja, com o seu telhado encantador, deixou de ser a repartição do superintendente do trafego da linha ferrea North-Western, tendo sido restituido á communidade mahometana. Em Bijapur conse-

gui expulsar um *dak bungalow* (1) d'uma mesquita e d'outra, os restos d'uma repartição postal britannica. A mesquita na celebre fortaleza de Vellore, em Madrasta, já não é habitada por um instructor de policia. O soberbo Mantapam, ou templo hindu na mesma fortaleza, é agora escrupulosamente cuidado. Cem annos atraz a companhia East India o offereceu a Jorje IV, quando principe-regente, para ser collocado no sitio do pavilhão em Brighton e se não conseguiu vingar o seo designio foi por o barco contractado para o transporte do mesmo, ter ido felizmente a pique. Posteriormente, transformaram-no em arsenal e por fim prendia-se aos seus pilares o gado pertencente á administração militar!

«Em Lucknow rehavi uma mesquita que ha annos andava convertida em pharmacia. Em Ahmedabad o Baradari de marmore sobre o dique deixou de ser o refeitorio da residencia do commissario. Em Mandalay a egreja e o club foram intimados a evacuar as doiradas salas de throno dos soberanos birmanezes.

«O regimen até aqui descripto refere-se aos monumentos existentes no territorio britannico. Recebi, porém, o mais cordial apoio dos principes indianos nos seus Estados. O nizam de Hyderabad promptificou-se a fazer tudo quanto eu lhe pedi. Tomára, porém, que fosse isso uns vinte e cinco annos atraz no tocante ás grutas de Ajunta e Ellora, unicas no seu genero. Sua alteza prestou-se a catalogar e conservar uma interessantissima collecção de velhos utensilios chinas de cobre e dos tapetes que no jazigo da esposa do imperador Aurangzeb em Aurungabad existiam ha seculos votados ao despreso.

«A maharana de Udaipur boamente accedeu a restaurar as formosissimas torres de fama e victoria na collina-fortaleza de Chitehr, uma das quaes, mal podia ter se de pé por mais alguns annos. O maharaja de Scindia dedicou-se com caracteristico zelo a identicos trabalhos na magnifica praça de Gwalior. A begum de Bhopal fez tudo quanto era mister em Sanchi Topo. Finalmente, eis a alçar-se no longinquo Estado de Dhar a immensa rocha-fortaleza de Mandu, certamente um dos mais espantosos espectaculos naturaes no mundo. E, á uma altura de mil e quinhentos pés, sobre o seu cume que mede trinta milhas de circumferencia, vê-se um esplendido grupo de desertos fortins, palacios e jazidas mahometanas, que iam perecendo rapidamente, victimas das devastações do mantagal e da decadencia desempedida, e que agora vão ser postos em ordem, graças ao auxilio que estamos prestando áquelle Estado que não é sufficientemente rico para tomar sobre si a responsabilidade de semelhante commettimento.

Ha ainda mais uma circumstancia relativa á obra de conservação que conto será attendida no projecto que vamos votar, quer dizer, o cuidado a prestar, nas collecções, ou museus, aos raros e interessantes objectos que hão sido arrancados aos seus engastes ou que tem desapparecido.

(1) Casa para o alojamento dos estrangeiros ou viajantes.

«Os vogaes d'este conselho devem conhecer de perto os grandes museus das capitaes da India, onde se vêem collecções dolorosamente mutiladas, não raro nem identificadas nem catalogados, e, ás vezes, abominavelmente ordenadas.

«O plano até agora seguido tem sido arrebatar qualquer fragmento esculptural n'uma provincia ou presidencia e ecvial-o ao museu provincial. Quando tal vi, pareceu-me de todo desassizado. Objectos de interesse archeologico podem ser melhormente estudados em relação e em proximo contacto com os grupos e estylo dos edificios a que pertencem, dado que estes sejam de natureza e estejam n'um sitio que attrahia visitantes. Senão, sendo trasladados para outra parte, perdem fôco e podem perder a sua significação. Porisso, seguimos o plano de estabelecer um certo numero de museus locaes nos sitios da natureza descripta. Citarei, para exemplo, Malda na Bengala, Pagan na Birmania, Taj em Agra, Bijapur na presidencia de Bombaim e Peshawar, como sendo os logares onde vão ser creadas taes instituições, esperando eu que para o futuro quaesquer fragmentos locaes que se descubram na visinhança d'esses sitios, em vez de serem rapinados e levados dahi ou desfeitos, seguirão caminho d'essas pequenas collecções. Claro que os mais amplos museus provinciaes continuarão a attrahir toda a especie de objectos que não encontrem facilmente collocação local.

«A exposição que acabo de fazer dará, segundo espero, aos illustres vogaes uma idea do scientifico e estavel regimen estabelecido pelo governo no tocante á archeologia e o qual regimen v. exas são chamados a ajudar, votando hoje este projecto de lei.

«Concedendo o auxilio solicitado, todos se congraçarão em solver uma divida que cada um de nós deve aos poetas, artistas e creadores do passado. O que estes originaram, nós podemos apenas restaurar, o que elles fantasiaram, nós podemos apenas salvar de ruina. Mas a tarefa, embora humilde, é digna, e o dever, embora tardio, é obrigatorio.

«Ha cento e trinta annos Samuel Johnson na Inglaterra mantinha uma correspondencia com Warren Hastings na Bengala, e em uma das suas cartas o philosopho dirigia-se da seguinte maneira ao governador geral: «Conto que v. ex.ª examinará cuidadosamente as tradicções e historias do Oriente, que v. ex.ª revistará os corredores dos seus antigos edificios e descobrirá os vestigios das suas cidades arruinadas, e que no regresso de v. ex.ª, nós conheceremos as artes e as opiniões d'uma raça de homens de quem muito pouco se sabe até agora».

«E' animado por semelhante espirito que eu e os meus auxiliares archeologos temos trabalhado. Todos sabem que na India abunda a belleza. Apraz-me pensar que existe tambem veneração e que no meio das nossas lutas relativas ao presente, podemos dar-nos as mãos em reverente acatamento pelo passado. Apraz-me outrosim pensar que este espirito ha de sobreviver e que os esforços de que tenho estado a falar não afrouxarão nas mãos dos meus successores até que a India se possa orgulhar de os seus monumentos serem tão terna mente apreciados quanto elles são preciosos, e tão cuidadosamente guardados quanto o são já, sendo no futuro mais largamente conhecidos.

ARMINDO DE GOUVÊA PINTO.

Bulsar, junho-1904.

GALERIA LAPIDAR NO MUSEU REAL DA INDIA PORTUGUEZA

(Continuação do numero antecedente)

N.º 24

Reinãdo El-Rei Dom Sebastiam Primeiro des
Te nome e governãdo este Estado ho vi
So Rei D. Antão de Noronha se fez esta obra
Ano de mil quinhentos e sessenta e seis.

. Nota—Pedra solta medindo 0,90 de larg. e 2,10 de comp. Pertenceu ao Forte de S. Braz do *Passo Secco*. E' citada por Diogo do Couto na *Decada* VIII e transcripta por Augusto Carlos Teixeira de Aragão na *Descripção geral das moedas* ... vol. 3.º pag. 150. A grande muralha de S. Braz e S. Thiago, que cercava a ilha de Goa e que tinha a extensão de umas tres legoas, foi começada no governo do vicerei D. Antão de Noronha, em 1566, e depois continuada pelos governadores seus successores. Os muros tinham 7 palmos de largo e hoje estão em completa ruina.

N.º 25

Reinãdo a Mag.ᵉ do Catolico R. D. Philipe 3.º e gover
Nãdo este Estado o V.Rei Pero da Silva mandou a cidade
De Goa pelo seu cap. D. Philipe Mascarenhas e Vr
Adores Luis Pedroza da Cunha e Bertolameu
De Coadros e Lourenço Carvalho e Juizes Jacinto da
Silva Boto e Bento Falcão de Moraes Procurador da Ci
Dade Ant.º de Souza e Misteres Paulo Miz Inacio
Domingues Miguel João Ant.º Moreira fazer esta
Obra tão necessaria e importante a fortifica
Ção de todá a Ilha de Salsete e nesta de Mormugão
C. o parecer do dito V. Rei e do povo desta cidade
C. o dr.º do consulado. Principiada em anno de

1638

Nota — Grande pedra solta medindo 0,80 de larg. e 1,92 de comp. Estava sobre a pórta da praça, do lado da terra, de Mormugão. Desfeitas as abreviaturas, a leitura é a seguinte:

Reinando a Magestade do catolico rei D. Filippe 3.° e gover
nando este Estado o vicerei Pero da Silva mandou a cidade
de Goa pelo seu capitão D. Filippe Mascarenhas e verea
dores Luis Pedrosa da Cunha e Bertolameu
de Quadros e Lourenço Carvalho e juizes Jacinto da
Silva Boto e Bento Falcão de Moraes, Procurador da ci-
dade Antonio de Souza e misteres Paulo Martins, Ignacio
Domingues, Miguel João Antonio Moreira fazer esta
obra tão necessaria e importante a fortifica
ção de toda a ilha de Salsete e nesta de Mormugão
com o parecer do dito vicerei e do povo desta cidade
com o dinheiro do consulado. Principiada em anno de

1638

A praça de Mormugão foi começada a edificar em 1624, no governo do vice-rei D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, como attesta a seguinte inscripção collocada sobre a porta do lado da barra, por baixo da imagem de S. Francisco Xavier:

Reinando em Portugal o catolico Rei Dom Philipe 3.°
Deste nome e sendo V. Rei deste Estado 2.° vez D. Francisco
da Gama 4.° conde da Vidigueira, Almirante da India
do concelho d'Estado de S. Magestade seu gentil homem
da Camara, se fez esta fortaleza, e lançou a primeira
pedra della em .. de abril de 1624. A qual se fez
com o rendimento da collecta que os moradores
destas terras concederam pera fabricação dellas

Tanto esta como a do n.° 25 são as duas inscripções da primitiva fundação da fortaleza de Mormugão. Ambas foram copiadas por J. H. da Cunha Rivara no *Chronista de Tissuary*, vol. 2.° pag. 7, e transcriptas por A. C. Teixeira de Aragão na *Descripção geral e historica das moedas* ..... Vol. 3.°, pag. 29.

N.º 26

Baixo relevo com brazão de armas encimado por uma coroa de conde, da qual sahe meio braço empunhando uma espada circundada por 9 estrellas, tendo aos lados 2 anjos. Sobre a coroa uma fita com a seguinte legenda:

Zelo zela sal sum pro Domino Deo exercitum.

Nota — Pedra solta que parece devia fazer parte de alguma outra que desappareceu. Não sei donde veio para o Museu. A letra em portuguez quer dizer = Sou sal, zelae com zelo a favor do Senhor, Deus dos exercitos.

J. M. do Carmo Nazareth.

(*Continúa*)

Museu Archeologico de Diu

D'uma communicação official do digno governador do districto de Diu, sr. João Herculano Rodrigues de Moura, consta que, em 6 de abril ultimo, se inaugurou, com toda a solemnidade, na extincta egreja de S. Thomé Apostolo, para este fim restaurada, o Museu archeologico, a que se referem os documentos publicados a pgs. 4 a 7 do n.º 1 d'esta revista. N'esse Museu estão recolhidas em boa ordem todas as lapides antigas com inscripções que se tinham destacado dos seus primitivos logares, e andavam dispersas em varios pontos da praça.

O ORIENTE PORTUGUEZ

REVISTA DE ARCHEOLOGIA

Fundada em 1904

Esta Revista é orgão da *Commissão permanente de archeologia da India Portugueza*. Publica-se em numeros de 24 paginas ou mais. Doze numeros formarão um volume, com o seu frontispicio, indices e capa especial.

Preço de cada numero avulso.....	0:05:06
Preco de cada numero por assignatura.	0:04:06

ASSIGNATURAS

Envia-se cada numero pelo correio aos assignantes acrescendo a importancia dos sêllos.

AVISO

Solicita-se de todos os nossos assignantes e leitores d'esta revista, a fineza de nos proporcionarem a leitura, analyse, e reproducção de quaesquer obras litterarias, manuscriptos, etc., plantas, quadros, aguarellas, photographias, desenhos, etc., de valor archeologico, sua propriedade ou que possam obter por emprestimo, os quaes serão cuidadosamente respeitados e restituidos. Aos referidos assignantes e leitores, que se dignarem satisfazer a este appello, serão manifestados os merecidos agradecimentos nos numeros d'esta revista.

De todas as publicações litterarias e scientificas, de que a commissão de redacção receber um exemplar, far-se-ha menção na Revista.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondencia litteraria, bem como os originaes destinados á publicação n'esta Revista, serão dirigidos a qualquer vogal da commissão de redacção, ou ao secretario da commissão permanente de archeologia, José Maria do Carmo Nazareth — Nova Goa; — sobre assumptos de administração, dirigir-se-ha a correspondencia á *Imprensa Nacional*.